UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

LETÍCIA PUSSO DA SILVA

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CRISES DO CAPITAL: IMPLICAÇÕES PARA A CLASSE TRABALHADORA

UBERLÂNDIA-MG

2021

LETÍCIA PUSSO DA SILVA

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CRISES DO CAPITAL: IMPLICAÇÕES PARA A CLASSE TRABALHADORA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia como exigência para obtenção do diploma de graduação em Ciências Sociais.

Orientadora: Fabiane Santana Previtali

UBERLÂNDIA-MG

2021

LETÍCIA PUSSO DA SILVA

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E CRISES DO CAPITAL: IMPLICAÇÕES PARA A CLASSE TRABALHADORA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia como exigência para obtenção do diploma de graduação em Ciências Sociais.
Orientadora: Fabiane Santana Previtali

Uberlândia, 21 de setembro de 2021.

Resultado:_____

Profª Drª Fabiane Santana Previtali

Profº Dr. Cílson César Fagiani

Me. Ágatha Alexandre Santos Condé

UBERLÂNDIA-MG

2021

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento vai para todas as pessoas que não puderam estar presentes fisicamente na construção desse processo de graduação, sei que os que não puderam estar em carne estavam em espírito, por isso um agradecimento especial a todos os bons espíritos e de luz que sempre me ajudaram.

Agradeço à minha família, em especial minha mãe, meu pai, meu irmão, avôs, avós, tios, tias, primos e primas, por acreditarem em mim mesmo quando nem eu mesma acreditava e por terem dado todo o suporte financeiro e emocional. Todos os cafés da tarde e almoços reunidos são parte dos pequenos momentos de prazer que a vida ao lado de vocês pode proporcionar – e há ainda mais que virão.

Um agradecimento especial à minha orientadora, que sempre me acolheu e conduziu para que fizéssemos uma boa pesquisa no curto período que tivemos, obrigada por ter aceitado e ter se prontificado sempre que precisei. À banca, agradeço por terem aceitado e serem muito solícitos.

Agradeço também a todos os meus professores, desde a pré-escola até o ensino superior, todos vocês são parte do processo da minha formação, que jamais estará acabada. Obrigada por sempre terem me incentivado a ser cada dia melhor.

Por último e tão importante quanto todos os que vieram anteriormente, agradeço meus amigos e pessoas que amo, que fizeram parte da minha história, tanto em Campinas/SP quanto em Uberlândia/MG. Obrigada a todas as pessoas que me deram a chance de me sentir amada. Sem o amor de vocês eu teria pouco a dizer sobre o que vivi. O amor talvez seja o fator que move as coisas mais bonitas da vida.

RESUMO

Este trabalho se dedica a compreender como as crises do capitalismo engendraram mudanças no processo de produção das mercadorias. Para isso, foi preciso entender o trabalho, o processo trabalho dentro do capitalismo, a geração de valores de uso e valores de troca, bem como a extração de mais-valor feita pelo capital. Foi preciso também compreender os processos da produção em escala mundial do capital, passando por fases, com o início da manufatura, passando pela cooperação, atingindo a grande indústria. Esse processo levou a crises graves dentro do capital, como foi o caso de 1929, 1970 e 2008. Essas crises geraram consequências que foram sentidas pela classe trabalhadora até hoje e que precisa passar pelo processo de reestruturação dessa produção e do trabalho. Ao atingir o trabalho, essas crises resultam em problemas para o trabalhador que infere em sua vida cotidiana, por isso, é preciso analisar essas consequências sucessivas, principalmente no caso do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: reestruturação produtiva, capitalismo, crises, Brasil, trabalho.

ABSTRACT

This paper dedicates to comprehend how capitalism crisis leads to changes in merchandise production process. For that is necessary to understand labor, labor process inside the capitalism, create of use value and exchange value, as much as extraction of surplus value by the capital. It was necessary understand capital produce process in global scale, passing by ages, begging with manufacture, passing through cooperation, achieve great industry. This leads to severe crisis inside capitalism, how was it in 1929, 1970 and 2008. This crisis created consequences that was felt by laboring class until nowadays and has to goes by the restructuring process and labor restructuring. When it comes to labor, this crises is follow by problems to the laborer and interfere in their daily life, that is why it is important to analize the consequences, mostly in Brazil.

KEYWORDS: restructuring process, capitalism, crisis, Brazil, work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 7
CAPÍTULO 1 – O TRABALHO E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO 10
1.1 O PROCESSO DE TRABALHO 12
1.2 SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL: COOPERAÇÃO 14
1.3 MECANISMO DA MANUFATURA 19
1.4 SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL: GRANDE INDÚSTRIA 24
CAPÍTULO 2 - REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: DO TAYLORISMO AO REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL 35
2.1. CONSOLIDAÇÃO DO FORDISMO 40
2.2. DESCENSO DO FORDISMO E CRISE DE 1970 45
2.3. NOVA CRISE, NOVO REGIME DE ACUMULAÇÃO 48
CAPÍTULO 3 – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E IMPACTOS NA CLASSE TRABALHADORA 57
3.1 - A CRISE DE 2008 E SEUS DESDOBRAMENTOS 57
3.2 CONSEQUÊNCIAS DA CRISE DE 2008 63
3.3. - CONTEXTO DA CRISE ATUAL NO BRASIL 66
3.4. NÚMEROS E CONDIÇÕES DO TRABALHO NO BRASIL 67
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 74
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 76

INTRODUÇÃO

A primeira grande crise do capitalismo foi marcada pela queda da bolsa de valores em Nova York. A Grande Depressão, ou crise de 1929, foi um marco na história do sistema capitalista e deixou o mundo atônito, já que os Estados Unidos representavam (e até hoje faz jus à fama) as maiores produções do regime capitalista e encontrar uma forma de superar essa crise passou a ser tarefa de todos os países, para sustentar as quedas bruscas de lucratividade, que passado o regime de acumulação primitiva, tinha se mostrado um problema.

A crise de 1929 demonstrou o que há muito se temia pelos capitalistas: o colapso do sistema econômico. É nesse sentido que o Capital buscou formas de se reestruturar para manter as taxas de lucro. Desde então os economistas têm se debruçado sobre o problema das crises, em uma tentativa de prevê-las e tomarem iniciativas para a proteção dos grandes capitais. Essas crises econômicas, geralmente vêm acompanhadas de crises políticas, sociais e (em tempos mais atuais) sanitárias.

No entanto, essas crises diversas afetam diretamente a classe-que-vive-do-trabalho, já apontada por Ricardo Antunes (2009). Essas pessoas perdem seus postos de trabalho, vêem a taxa de desemprego subir, seu poder de compra diminui e a fome passa a assolar. O trabalho, conforme já apontado por Marx (2017) em sua importância de criar valores de uso desde o princípio por homens e mulheres, "[...] tornou-se agora especificamente um processo para a expansão do capital, para a criação de um lucro." (MARX, 2017, p. 55-56).

Harvey (2016) aponta, fazendo um estudo sobre o processo produtivo importante como foi o taylorismo-fordismo para o desenvolvimento do capital, demonstrando a prioridade do capital:

> O problema, no entanto, é fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos - capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas e todas as outras espécies de agentes político-econômicos - assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando. (HARVEY, 2016, p. 117)

Dall Rosso (2011) buscou entender essas perspectivas da relação dos processos produtivos em detrimento do acontecimento das crises de superprodução, de uma forma mais geral e abrangente de uma perspectiva econômica, com um estudo de caso de Brasília. É intrigante pensar que a economia saiba responder tecnicamente como os processos produtivos correspondem à respostas de crises, mas que a sociologia do trabalho ainda não tenha se

debruçado sobre esse problema das crises do capital sem que as respostas sejam puramente voltadas ao capital. Para o autor Tonelo (2021), bem como os anteriores, se mostra importante resgatar a necessidade das lutas dos trabalhadores como resposta às sucessivas reestruturações.

Tendo em vista essas ponderações, o objetivo geral desta monografia é pensar as crises do capitalismo, ou seja, a reestruturação produtiva e como elas impactam no mundo do trabalho, em particular na classe trabalhadora do Brasil**.** Os objetivos específicos deste trabalho são (1) compreender os elementos estruturais das crises com ênfase nas dinâmicas estruturais do capital (2) relacionar os movimentos do taylorismo-fordismo e toyotismo como espaços de reestruturação das crises (3) analisar dados e indicadores de trabalho no Brasil para entender como as crises implicaram no processo de trabalho e (4) entender os impactos da crise e da reestruturação produtiva sobre a classe-que-vive-do-trabalho no Brasil.

Baseado nos estudos prévios, a hipótese é que o processo de trabalho é modificado a cada crise, a cada queda nas taxas de lucro aos capitalistas, quando o sistema econômico se mostra à beira de um colapso, tentando manter a extração de mais-valor por meio da exploração do trabalho tem de ser modificada, resultando em novas formas de trabalho. Esse processo de reestruturação acontece de forma particular em cada país.

A temática do trabalho é um tema muito caro às ciências sociais, pois estamos condicionados a estruturas de trabalho das mais variadas formas. A importância dessa pesquisa reside na nossa própria realidade concreta, porque a necessidade de entender essa reestruturação produtiva a partir das crises muda a perspectiva de enxergar as crises de uma forma exclusivamente econômica e passa a ser vista como parte do sistema capitalista que influencia diretamente os processos de produção.

A pesquisa teve como referência do Materialismo Histórico Dialético, trazendo discussões com base em Marx e Engels e nos autores contemporâneos no campo da sociologia do trabalho como Marx, Harvey, Braverman e Ricardo Antunes para termos uma análise a partir do Brasil. Também usarei de estatísticas e dados de fontes oficiais, bem como notícias de jornal, para entender o movimento do trabalho de uma forma mais quantitativa e, a partir disso, tirar algumas conclusões que possam ajudar a avançar os estudos da sociologia do trabalho.

Esta monografia foi organizada em três capítulos, além da presente introdução e da conclusão. O primeiro capítulo vai introduzir a discussão sobre o trabalho e, nesse sentido, trazer os principais conceitos da sociologia do trabalho, ressaltando Marx para o centro da discussão. Para falar sobre isso, é necessário colocar em evidência as categorias de análise

como trabalho, processo produtivo, mais-valor, exploração do trabalho e também os aspectos históricos que levam à construção dos capítulos que dizem respeito à maquinaria e grande indústria que deram origem à indústria moderna que conhecemos atualmente.

Adentrando no desenvolvimento histórico do capitalismo, o segundo capítulo tem início com a consolidação da indústria moderna e seu colapso, juntamente com a economia na crise de 1929. Essa crise demonstra a necessidade na mudança do processo de produção, ou seja, uma nova forma de produção e consumo. Dessa forma, não sendo uma crise isolada, o capital voltou a colapsar em meados de 1970, no que ficou conhecida como a crise do petróleo. Essa crise gerou consequências também no modo de produção e alterações significativas foram feitas nas formas de trabalho, que engendraram consequências sentidas hoje no processo de trabalho atual. A acumulação flexível passa a tomar centralidade na discussão sobre o trabalho.

No terceiro e último capítulo, a última crise de grandes proporções que reflete nos acontecimentos atuais do mundo do trabalho, a crise de 2008 é trabalhada no sentido de sobressaltar seus principais aspectos, suas consequências e, ao final dele, como o Brasil se encontra agora nessa nova configuração do trabalho, resultado de todo esse processo histórico do trabalho.

CAPÍTULO 1 – O TRABALHO E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

O primeiro capítulo se destina a introduzir, através da obra de Karl Marx, a questão principal que é o trabalho, como ele se destina a produzir valores no capitalismo e como, por meio da história, o trabalho foi se desenvolvendo e se moldando à lógica capitalista da época. Busca-se aqui destacar também a importância da introdução da tecnologia industrial para o desenvolvimento do processo de produção e exploração de mais-valor.

Para entender o capitalismo da perspectiva do trabalho, é preciso que as categorias de análise sejam identificadas. Para isso, comecemos a definição de Marx (2017), já que no livro O Capital - tomo 1, o autor vai trazer justamente o que é o trabalho, dizendo que "O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza [...]" (MARX, 2017, p. 255) e, portanto, " [...] é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana" (MARX, 2017,p.120).

Nesse sentido, a concepção marxiana de trabalho o enxerga como processo essencial exemplificando que: "Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio." (MARX, 2017, p. 255). O produto desse trabalho é de suma importância, nesse processo de trabalho o homem primeiro o idealiza para depois concretizá-lo:

> [...] o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente. (MARX, 2017, p. 255 - 256)

Outro teor importante que Marx traz à tona é sobre o processo de trabalho, é a relação do homem com a matéria-prima, quando diz que "Toda matéria-prima é objeto do trabalho, mas nem todo objeto do trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho." (MARX, 2017, p. 256).

Seguindo nessa linha, o autor fala sobre o meio de trabalho:

> O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com o seu propósito. (MARX, 2017, p. 256)

Para que saibamos como é que o produto do trabalho vira mercadoria, Marx traz a seguinte passagem:

> O produto do trabalho é, em todas as condições sociais, objeto de uso, mas o produto do trabalho só é transformado em mercadoria numa época historicamente determinada de desenvolvimento: uma época em que o trabalho despendido na produção de uma coisa útil se apresenta como sua qualidade 'objetiva', isto é, como seu valor. Segue-se daí que a forma de valor simples da mercadoria é simultaneamente a forma-mercadoria simples do produto do trabalho, e que, portanto, também o desenvolvimento da forma-mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma de valor. (MARX, 2017, p. 138)

Marx vai caracterizar o trabalho como produtor de mercadoria, essa última que ele vai definir a seguir: "a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer." (MARX, 2017, p. 113). O autor ainda vai dizer que as mercadorias no capitalismo têm um duplo caráter:

> Porém, elas só são mercadorias porque são algo duplo: objetos úteis e, ao mesmo tempo, suportes de valor. Por isso, elas só aparecem como mercadorias ou só possuem a forma de mercadorias na medida em que possuem esta dupla forma: a forma natural e a forma de valor. (Idem, p.124)

Dessa forma, a mercadoria tem sua forma primeira, de valor de uso que Marx vai dizer, para que seja definida, que "a utilidade de uma coisa, faz dela um valor de uso" (MARX, 2017, p. 114) e ainda sobre isso, que "o valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo" (MARX, 2017, p.114). O outro caráter da mercadoria é também de valor de troca:

> Disso se segue, em primeiro lugar, que os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Em segundo lugar, porém, que o valor de troca não pode ser mais do que o modo de expressão, a 'forma de manifestação' de um conteúdo que dele pode ser distinguido (MARX, 2017, p.115)

A mercadoria é gerada a partir da força humana de trabalho, mas ela não o faz sozinha:

> A força humana de trabalho em estado fluido, ou trabalho humano, cria valor, mas não é, ela própria, valor. Ela se torna valor em estado cristalizado, em forma objetiva. Para expressar o valor do linho como massa amorfa de trabalho humano, ela tem de ser expressa como uma "objetividade" materialmente [*dinglich*] distinta do próprio linho e simultaneamente comum ao linho e a outras mercadorias. (MARX, 2017, p. 128)

É possível que a partir dessa caracterização dupla da mercadoria haja a pergunta de como é que, além do valor de uso, esteja embutido valor [de troca] e Marx vai dizer que "[...] um valor de uso ou um bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado

trabalho humano abstrato" (MARX, 2017, p.116). Estabelecendo, assim, uma relação entre o trabalho e a mercadoria, pois é nela embutido trabalho, como vai exemplificar a seguir:

> O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra mercadoria assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra. 'Como valores, todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado. (Ibidem, p. 117)

Seguindo no capítulo, Marx vai dizer ainda que esse caráter duplo tem em especial a relação de uma mercadoria com a outra, para assim se efetivar como é possível observar nessa passagem:

> A mercadoria é valor de uso – ou objeto de uso – e 'valor'. Ela se apresenta em seu ser duplo na medida em que seu valor possui uma forma de manifestação própria, distinta de sua forma natural, a saber, a forma do valor de troca, e ela jamais possui essa forma quando considerada de modo isolado, mas sempre apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria de outro tipo. (MARX, 2017, p. 136)

Reforçando essa relação entre mercadorias, o autor confirma ao final do capítulo que "[...] o valor de uso das coisas se realiza para os homens sem a troca, ou seja, na relação imediata entre a coisa e o homem, ao passo que seu valor, ao contrário, só se realiza na troca, isto é, num processo social." (MARX, 2017, p. 158)

Para entender uma parte do processo de troca, é preciso saber o que é a forma universal da mercadoria:

> O tipo específico de mercadoria, em cuja forma natural a forma de equivalente escarna socialmente, torna-se agora mercadoria-dinheiro [*Geldware*] ou funciona como dinheiro. Desempenhar o papel do equivalente universal no mundo das mercadorias torna-se sua função especificamente social e, assim, seu monopólio social. (Ibidem, p. 145)

Dessa forma, de acordo com Marx (2017), a única mercadoria capaz de ser equivalente universal, nesse sentido, é o ouro.

1.1 O PROCESSO DE TRABALHO

No intuito de entender o trabalho como categoria fundamental é preciso salientar a importância do processo de trabalho, entender como ele funciona e demonstrar assim como ocorre o processo de valorização. Sendo o trabalho

> A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo,

> este último se torna *actum* [em ato] aquilo que antes ele era apenas em *potentia* [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada, em valores de uso, isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo. (MARX, 2017, p. 255)

É de caráter central para este trabalho assimilar a ideia de que, a forma como é produzido o trabalho dá caráter fundamental à época, para que possamos fazer um processo de dedução e inferência acerca dos modos de produção e fases do capitalismo, mostrando as condições de trabalho e de homens e mulheres trabalhadores:

> O que diferencia as épocas econômicas não é 'o que' é produzido, mas 'como', 'com que meios de trabalho'. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha. (Ibidem, p. 257)

Podemos então nos perguntar de que é composto esse processo de trabalho, ao que Marx vai dizer:

> No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. (MARX, 2017,, p. 258)

Seguindo neste raciocínio:

> Quando um valor de uso resulta do processo de trabalho como produto, nele estão incorporados, como meios de produção, outros valores de uso, produtos de processos de trabalho anteriores. O mesmo valor de uso que é produto desse trabalho constitui o meio de produção de um trabalho ulterior, de modo que os produtos são não apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho. (MARX, 2017, p. 259)

Em relação ao processo de valorização, Marx vai esclarecer sobre ele falando após o processo do trabalho, caracterizando inicialmente o que é o produto que compõe o final dessa cadeia, dizendo que "O produto - a propriedade do capitalista - é um valor de uso [...]." (MARX, 1890, P. 263). Além de um produto, o capitalista vai querer gerar mais que um produto que tem uso para as pessoas, como também mais-valor, que caracteriza a produção capitalista:"Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor" (MARX, 2017, p. 263).

Como é possível perceber, a composição do processo de trabalho tem um detalhe muito importante que é o tempo de trabalho de necessário como é possível observar a seguir:

“O valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção.” (MARX, 2017, p. 263-264).

Marx vai tratar do tema do tempo de trabalho necessário com muito afinco e trará o esmiuçar este processo, em que exemplifica na produção de algodão

> Ao final de 1 hora, o movimento da fiação está expresso numa certa quantidade de fio, o que significa que uma determinada quantidade de trabalho, 1 hora de trabalho, está objetivada no algodão. Dizemos hora de trabalho, isto é, dispêndio da força vital do fiandeiro durante 1 hora, pois o trabalho de fiação só tem validade aqui como dispêndio de força de trabalho, e não como trabalho específico de fiação. (MARX, 2017,, p. 267)

Na passagem a seguir, Marx vai mostrar a relação do capitalista industrial com o trabalhador no que tange ao pagamento do tempo de trabalho

> O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia de força de trabalho; a ele pertence, portanto, o valor de uso dessa força de trabalho durante um dia, isto é, o trabalho de uma jornada. A circunstância na qual a manutenção diária da força de trabalho custa apenas meia jornada de trabalho, embora a força de trabalho possa atuar por uma jornada inteira, e, consequentemente, o valor que ela cria durante uma jornada seja o dobro de seu próprio valor diário [...] (Ibidem, p. 271)

Marx finaliza o raciocínio sobre o processo de trabalho mostrando que há pouca diferença em relação ao trabalho simples do trabalho mais complexo no que diz respeito à extração de mais-valor.

> Mas qualquer que seja a diferença de grau entre o trabalho de fiação e de joalheria, a porção de trabalho com a qual o trabalhador joalheiro apenas repõe o valor de sua própria força de trabalho não se diferencia em nada, em termos qualitativos, da porção adicional de trabalho com a qual ele cria mais-valor. Tal como antes, o mais-valor resulta apenas de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho: num caso, do processo de produção do fio, noutro, do processo de produção de joias. (MARX, 2017, p. 274)

1.2 SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL: COOPERAÇÃO

Para além de apresentar o trabalho enquanto categoria de análise, neste primeiro capítulo é preciso entender que o trabalho esteve em constante mudança de formato, ou seja, ele mudou sua forma de organização. Nesse sentido, busco aqui resgatar através dos capítulos históricos apresentados por Marx o processo que nos trouxe até os moldes atuais de trabalho.

Marx entende que a organização social vem antes do Capitalismo, pois homens e mulheres se organizavam para realização de trabalho de forma a cooperar uns com os outros antes das indústrias. Marx procura inclusive tipificar o que é de fato a cooperação, explicando que "A forma de trabalho em que muitos indivíduos trabalham de modo planejado, uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes porém conexos chama-se cooperação." (MARX, 2017,p. 400). Dessa forma, ele procura distinguir a cooperação em sua essência do que ela se torna em uma fase de início do processo capitalista:

> A cooperação no processo de trabalho, tal como a encontramos predominantemente nos primórdios da civilização humana, entre os povos caçadores ou, por exemplo, na agricultura da comunidade indiana, baseia-se, por um lado, na propriedade comum das condições de produção e, por outro, no fato de que o indivíduo isolado desvencilhou-se tão pouco do cordão umbilical da tribo ou da comunidade quanto uma abelha da colmeia. Essas duas características distinguem essa cooperação da cooperação capitalista. (MARX, 2017,p. 409)

Em vista disso, Marx expõe diferenças essenciais entre a cooperação simples a priori ao processo de produção capitalista. Em um ponto de vista histórico, a cooperação passa a se mostrar diferente, no sentido de reunir os pequenos artesãos, que antes trabalhavam separadamente em seus locais de trabalho, como é exposto no fragmento:

> Assim como a força produtiva social do trabalho desenvolvida pela cooperação aparece como força produtiva do capital, também a própria cooperação aparece como uma forma específica do processo de produção de produção capitalista, contraposta ao processo de produção de trabalhadores autônomos e isolados, ou mesmo de pequenos mestres. (MARX, 2017, p. 410)

Perceba que aqui não se fala ainda de divisão do trabalho, trata-se inicialmente de uma estratégia de união de vários tipos de artesãos em prol de uma maior produção de valores de uso. Marx entende que "[...] a soma total das forças mecânicas exercidas por trabalhadores isolados difere da força social gerada quando muitas mãos atuam simultaneamente na mesma operação indivisa [...]." (p. 400) e dessa forma, esse se torna um diferencial da cooperação em relação ao artesanato, acrescentando que "[...] o simples contato social provoca, na maior parte dos trabalhos produtivos, emulação e excitação particular dos espíritos vitais [...]" (p. 401). Isso porque, trazendo à tona Aristóteles, o ser humano por sua natureza pode por vezes não ser um animal político, mas sempre será um animal social (ARISTÓTELES *apud* MARX, 2017).

Em consequência do processo de adoção da cooperação, se resulta uma nova forma de executar o trabalho que antes era parte do artesanato, como Marx dirá a seguir:

> Se o processo de trabalho é complexo, a simples massa dos que trabalham em conjunto permite distribuir as diferentes operações entre diferentes braços e desse modo, executá-las simultaneamente, encurtando, assim, o tempo de trabalho necessário para a fabricação do produto total. (MARX, 2017, p. 403)

O fato de os capitalistas estarem usando da cooperação existe um motivo, já que quanto mais indivíduos são incorporados no processo de produção, maior sua massa de valor de uso. Marx explica que "Comparada com uma quantidade igual de jornadas de trabalho isoladas e individuais, a jornada de trabalho combinada produz uma massa maior de valor de uso, reduzindo, assim, o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado efeito útil." (MARX, 2017, p. 404).

Por conseguinte, quanto mais força de trabalho, maior o valor de uso. No entanto, é preciso que o capitalista possa desembolsar dinheiro suficiente para contratação de força de trabalho:

> Portanto, o número de trabalhadores que cooperam, ou a escala da cooperação, depende inicialmente da grandeza do capital que o capitalista individual pode desembolsar na compra de força de trabalho, isto é, da medida em que cada capitalista dispõe dos meios de subsistência de muitos trabalhadores. (MARX, 2017, p. 405)

Outro fator importante que surge no processo de incorporação do capital é a necessidade haver uma função de supervisão dos trabalhadores, que não cabe mais ao capitalista, "[...] agora ele transfere a função de supervisão direta e contínua dos trabalhadores individuais e dos grupos de trabalhadores a uma espécie particular de assalariados." (MARX, 2017, p. 407). Marx compara o trabalho dessa espécie particular de trabalhadores ao trabalho dentro das forças armadas, que necessita de supervisão de subchefes dizendo que "[...] uma massa de trabalhadores que coopera sob o comando do mesmo capital necessita de oficiais [...] e suboficiais (capatazes, foremen, overlookers, contre-maîtres) industrais que exerçam o comando durante o processo de trabalho em nome do capital." (MARX, 2017, p. 407). Além disso, retomando a ideia dessa nova especialidade na produção, do supervisor, Marx revela que "O capitalista não é capitalista por ser diretor da indústria; ao contrário, ele se torna chefe da indústria por ser capitalista." (Ibidem,p. 408).

Em consonância com Marx, Braverman traz essa questão da organização do trabalho: "[...] no primeiro estágio do capitalismo o trabalho tradicional do artesão é subdividido em

suas tarefas constituintes e executado em série por uma cadeia de trabalhadores parcelados, de modo que o processo muda pouco; o que mudou foi a *organização do trabalho.*" (MARX, 2017, p. 148). Dessa forma, Braverman traz um elemento imprescindível presente nos capítulos históricos do Capital, a questão da divisão do trabalho que começa a aparecer de forma mais veemente, inaugurando a fase da Manufatura.

De início, é preciso esmiuçar a questão da passagem da cooperação para o processo de manufatura. Marx introduz que "Muitos artesãos que fabricam produtos iguais ou da mesma espécie [...] são reunidos pelo mesmo capital, simultaneamente e na mesma oficina. Tem-se, aqui, a cooperação em sua forma mais simples." (MARX, 2017,p. 412). A passagem para a manufatura na forma que enxergamos hoje não foi uma transição imediata. A cooperação, que foi esmiuçada anteriormente, baseada na divisão do trabalho, se entende na forma que conhecemos da manufatura, enquanto parte da produção capitalista que vai da metade do século XVI até parte do século XVIII (MARX, 2017, p. 411). Além disso, Marx vai dizer que:

> A cooperação fundada na divisão do trabalho ou a manufatura é, em seus primórdios, uma formação natural-espontânea. Tão logo tenha adquirido alguma consistência e amplitude de existência, ela se converte na forma consciente, planejada e sistemática do modo de produção capitalista. (Ibidem, p. 438)

Em um ponto de vista histórico de Marx, a manufatura vai se mostrar de duas formas diferentes, da primeira em quase como extensão da cooperação simples:" A manufatura surge de dois modos. No primeiro, reúne-se numa mesma oficina, sob o controle de um mesmo capitalista, trabalhadores de diversos ofícios autônomos, por cujas mãos tem de passar um produto até seu acabamento final." (MARX, 2017, p. 411). A partir do exposto, ele dá um exemplo de sua época, a manufatura de carruagens, que inicialmente aparece enquanto "combinação de ofícios independentes" (Idem). Esse processo passa a ser modificado: "Pouco a pouco, ela se transformou em divisão da produção de carruagens em suas diversas operações específicas, processo no qual cada operação se cristalizou como função exclusiva de um trabalhador, sendo sua totalidade executada pela união desses trabalhadores parciais." (MARX, 2017, p. 411).

Marx traz aqui uma informação essencial para essa mudança, a existência de trabalhadores parciais, não em relação ao tempo de trabalho, mas em relação ao parcelamento por ofício dentro das manufaturas, inclui aqui sua citação de que "[...] toda uma série de outras manufaturas: da combinação de diversos ofícios sob o comando do mesmo capital."

(MARX, 2017, p. 412), aqui vemos que começa a se desenhar a primeira diferenciação inicial da manufatura com a cooperação pré-capitalista.

Dessa forma, a cooperação dentro da manufatura passa a começar a ter uma divisão: “Em vez de o mesmo artesão executar as diversas operações numa sequência temporal, elas são separadas umas das outras, isoladas, justapostas espacialmente, sendo cada uma delas confiada a um artesão diferente e executadas ao mesmo tempo pelos trabalhadores em cooperação. Essa divisão acidental se repete, exibe as vantagens que lhe são próprias e se ossifica gradualmente numa divisão sistemática do trabalho.” (Ibidem, p. 412).

A partir dessa análise inicial de Marx do começo da manufatura, ele levanta o ponto da duplicidade da manufatura em seu surgimento:

> O modo de surgimento da manufatura, sua formação a partir do artesanato, é portanto duplo. Por um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos e diversos, que são privados de sua autonomia e unilateralizados até se converterem em meras operações parciais e mutualmente complementares no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. Por outro lado, ela parte da cooperação de artesãos do mesmo tipo, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares, isolando-as e autonomizando-as até que cada uma delas se torne uma função exclusiva de um trabalhador específico. (MARX, 2017, p. 413)

Partindo dessas observações, Marx conclui que o surgimento de trabalhadores parciais foi o ponto de partida para um processo de divisão manufatureira. É preciso diferenciar a divisão social do trabalho, que já existia antes mesmo do Capitalismo: “Numa família ou, com o desenvolvimento ulterior, numa tribo, surge uma divisão natural-espontânea do trabalho fundada nas diferenças de sexo e de idade, ou seja, sobre uma base puramente fisiológica.” (MARX, 2017, p. 425). No entanto, no Capitalismo surge um outro tipo de divisão, que Marx chama de divisão manufatureira, que se finca em bases capitalistas.

Com o intuito de diferenciar a divisão social do trabalho da divisão manufatureira, Marx vai mostrar que as comunidades que não usufruem da manufatura utilizam-se de um sistema natural espontâneo para realização de troca de mercadorias:

> Comunidades diferentes encontram em seu ambiente natural meios diferentes de produção e de subsistência. Por isso, também são diferentes seus modos de produção, seus modos de vida e seus produtos, e é essa diferenciação natural-espontânea que, no contato entre as comunidades, provoca a troca dos produtos recíprocos e, por conseguinte, a transformação progressiva desses produtos em mercadorias. (MARX, 2017, p. 426)

Além disso, Marx vai apresentar a diferença de forma que “[...] apesar das inúmeras analogias e nexos entre a divisão do trabalho na sociedade e a divisão do trabalho na oficina, a diferença entre elas é não apenas de grau, mas de essência.” (MARX, 2017, p. 428). Seguindo nesse raciocínio, ele aprofunda mais ainda na questão da diferenciação, chegando a um ponto chave:

> Mas o que estabelece a conexão entre os trabalhos autônomos do criador de gado, do curtidor e do sapateiro? A existência de seus respectivos produtos como mercadorias. O que caracteriza, ao contrário, a divisão manufatureira do trabalho? Que o trabalhador parcial não produz mercadoria. (MARX, 2017, p. 429).

Cada trabalhador parcial então, dentro da manufatura não produz mercadoria, ele é parte da engrenagem do processo, além disso “[...] a divisão manufatureira do trabalho pressupõe a concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista, a divisão social do trabalho pressupõe a fragmentação dos meios de produção entre muitos produtores de mercadorias independentes entre si.” (MARX, 2017, p. 429). Dessa forma, a manufatura se torna parte do capitalismo a partir do momento em que seu proprietário é o dono dela, dono do meio de produção:

> A divisão manufatureira do trabalho supõe a autoridade incondicional do capitalista sobre homens que constituem engrenagens de um mecanismo total que a ele pertence; a divisão social do trabalho confronta produtores autônomos de mercadorias, que não reconhecem outra autoridade senão a da concorrência, da coerção que sobre eles é exercida pela pressão de seus interesses recíprocos. (MARX, 2017, p. 430)

Portanto, essa divisão manufatureira se mostra única e exclusiva do modo de produção capitalista:

> Enquanto a divisão do trabalho no todo de uma sociedade, seja ela mediada ou não pela troca de mercadorias, pode ser encontrada nas mais diversas formações socioeconômicas, a divisão manufatureira do trabalho é uma criação absolutamente específica do modo de produção capitalista. (MARX, 2017, p. 433).

1.3 MECANISMO DA MANUFATURA

De todo modo, ainda existe a necessidade de explorarmos como funciona o mecanismo da manufatura de forma mais aprofundada. Marx diz que “[...] a manufatura introduz a divisão do trabalho num processo de produção, ou desenvolve a divisão do trabalho já existente; por outro, ela combina ofícios que até então eram separados.” (MARX, 2017, p. 413), portanto carrega a divisão manufatureira para dentro do processo de produção.

Marx vai caracterizar esse processo de produção da manufatura como "[...] um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos." (MARX, 2017, p. 413). Essa definição é interessante para que possamos enxergar essas engrenagens como interdependentes umas das outras, engrenagens essas compostas de corpos humanos.

O mecanismo da manufatura tem especificidades que o caracterizam, a primeira que gostaria de ressaltar e que Marx explora, é a questão da operação parcial. O começo da manufatura se define pela decomposição do trabalho artesanal e separação por ofício:

> De uma sucessão temporal, os diversos processos graduais se convertem numa justaposição espacial. Disso resulta o fornecimento de mais mercadorias acabadas no mesmo espaço de tempo. Se é verdade que essa simultaneidade decorre da forma cooperativa geral do processo total, também é verdade que a manufatura não se limita a encontrar dadas condições para a cooperação, mas as cria, em parte, mediante a decomposição da atividade artesanal. (MARX, 2017, p. 419)

Essa separação por trabalho parcial, resulta na possibilidade do "[...] trabalhador coletivo combinado, que constitui o mecanismo vivo da manufatura, consiste de muitos desses trabalhadores parciais e unilaterais." (MARX, 2017, p. 414). Em relação à divisão do trabalho, Marx ressalta que: "Ela produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho. E assim ela aparece, por um lado, como progresso histórico da sociedade e, por outro, como meio para uma exploração civilizada e refinada." (MARX, 2017, p. 438) A vantagem para o capitalista dessa divisão manufatureira é a possibilidade de não quebrar um ciclo ao meio, o trabalhador da manufatura, diferente do artesão, continua no mesmo ofício. Dessa forma, o capitalista cria um modelo matemático que estima quantas pessoas são necessárias para cada tarefa:

> A divisão manufatureira do trabalho, portanto, não só simplifica e diversifica os órgãos qualitativamente diferentes do trabalhador coletivo social, como também cria uma proporção matemática fixa para a extensão quantitativa desses órgãos, isto é, para o número relativo de trabalhadores ou grandeza relativa dos grupos de trabalhadores em cada função específica. Ela desenvolve, com a subdivisão qualitativa do processo de trabalho social, a regra quantitativa e a proporcionalidade desse processo. (MARX, 2017, p. 420)

Marx traz o exemplo da constituição do vidro e como o trabalho em cooperação combinado à separação do trabalho, em sua divisão parcial economiza meios de produção:

> A articulação de cada grupo individual funda-se, aqui, diretamente na divisão do trabalho, ao passo que o vínculo entre os diversos grupos do mesmo tipo é a cooperação simples, que economiza meios de produção - no caso presente, o

> forno de vidro – mediante seu consumo coletivo. Tal forno de vidro reúne de quatro a seis grupos de trabalhadores e constitui uma vidraria; uma manufatura de vidro é formada por uma multiplicidade de tais vidrarias, juntamente com as instalações e os trabalhos necessários para as fases preparatórias e finais de produção. (Ibidem, p. 421)

Além disso, "[...] uma vez que a manufatura tem origem na combinação de diversos ofícios, ela pode desenvolver numa combinação de diversas manufaturas." (MARX, 2017, p. 421). Somado a essa combinação de manufaturas, tem-se uma manufatura total, ainda que não em unidade ainda como na indústria a ser trabalhada posteriormente:

> [...] as diferentes manufaturas combinadas formam, no interior de uma manufatura total, departamentos mais ou menos separados especialmente e, ao mesmo tempo, processos de produção autônomos, cada um com sua própria divisão do trabalho. Não obstante algumas vantagens oferecidas pela manufatura combinada, ela jamais chega a adquirir uma verdadeira unidade técnica sobre seu próprio fundamento. Tal unidade só ocorre com sua transformação em indústria mecanizada. (MARX, 2017, p. 422)

Outra questão, que já havia começado a surgir no período inicial do capitalismo e toma força na manufatura, é a hierarquização entre trabalhadores. Primeiro, ela vem com a ideia de supervisão na cooperação, que continua; em segundo ela começa a criar uma estrutura de hierarquização entre os trabalhadores (MARX, 2017, p. 434). Marx entende que a estrutura de trabalho, no período da cooperação permanece intocada, e que é no cerne da manufatura que vai começar a dar os primeiros sinais de mudanças reais em suas raízes (Ibidem, p. 434). Os trabalhadores passam então, vão ser separados: "Depois da separação, autonomização e isolamento das diferentes operações, os trabalhadores são separados, classificados e agrupados de acordo com suas qualidades predominantes." (MARX, 2017, p. 423). Aqui chegamos a uma separação dentro do trabalho coletivo:

> O trabalhador coletivo dispõe agora de todas as qualidades produtivas no mesmo grau de virtuosidade e as despende, ao mesmo tempo, do modo mais econômico, concentrando todos os seus órgãos, individualizados em trabalhadores ou grupos de trabalhadores especializados, no desempenho exclusivo de suas funções específicas. (Idem, p. 423)

Essas funções específicas têm como base a separação de entre operações simples e complexas. "Todo processo de produção requer, no entanto, certas operações simples, que qualquer ser humano é normalmente capaz de executar." (MARX, 2017, p. 424), e dessa forma,"Em todo ofício de que se apodera, a manufatura cria, portanto, uma classe dos chamados trabalhadores não qualificados, antes rigorosamente excluídos pelo artesanato." (Ibidem, p. 424). Essa hierarquização dos trabalhadores tem reflexo na diferença de salários

entre trabalhadores. Cria-se uma escala de salários com essa base (MARX, 2017, p. 424). Surge em conjunto a separação que vai ser uma das características da manufatura, a divisão entre trabalhadores qualificados e não qualificados:

> Juntamente com a gradação hierárquica, surge a simples separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados. Para estes últimos, os custos de aprendizagem desaparecem por completo, e para os primeiros esses custos são menores, em comparação com o artesão, devido à função simplificada. Em ambos os casos diminui o valor da força de trabalho. (MARX, 2017, p. 424)

Um ponto importante e que Marx destaca é a existência do uso de ferramentas no início da fase da manufatura, exclusiva da força de trabalho humana, o capitalista sujeita sua produção à habilidade humana de manusear instrumentos:

> [...] a análise do processo de produção em suas fases particulares coincide plenamente com a decomposição de uma atividade artesanal em suas diversas operações parciais. Composta ou simples, a execução permanece artesanal e, portanto, continua a depender da força, da destreza, da rapidez e da precisão do trabalhador individual no manuseio do seu instrumento. (MARX, 2017, p. 413)

A incorporação de ferramentas de qualidade tem papel importante na manufatura: "A produtividade do trabalho depende não só da virtuosidade do trabalhador, mas também da perfeição de suas ferramentas." (MARX, 2017, p. 415). As ferramentas se tornam instrumentos para realização do trabalho:

> A diferenciação dos instrumentos de trabalho, por meio da qual instrumentos de mesmo tipo assumem formas particulares e fixas para cada aplicação útil particular, e sua especialização, que faz com que cada um desses instrumentos especiais só funcione em toda plenitude nas mãos de trabalhadores parciais específicos, caracterizam a manufatura. (MARX, 2017, p. 416)

Consequência da necessidade de melhorar e aprimorar sempre as ferramentas, são criadas novas manufaturas com o intuito de aumentar o número de mercadorias, como Marx explica no exposto a seguir:

> Com a diferenciação dos instrumentos de trabalho diferenciam-se cada vez mais os ofícios que produzem esses instrumentos. Quando a empresa manufatureira se apossa de um ofício que até então conectava a outros, tal ofício torna-se imediatamente separado e independente. Se ela se apossa de um estágio da produção de uma mercadoria, seus diferentes estágios de produção se convertem em ofícios distintos e independentes. (MARX, 2017, p. 427)

As ferramentas, sendo fundamentais para realização do trabalho humano, abrem espaço para o surgimento das primeiras máquinas:

> O período da manufatura simplifica, melhora e diversifica as ferramentas de trabalho por meio de sua adaptação às funções específicas e exclusivas dos trabalhadores parciais. Com isso, ela cria, ao mesmo tempo, uma das condições materiais da maquinaria, que consiste numa combinação de instrumentos simples. (MARX, 2017, p. 416)

As máquinas, que começam a ser utilizadas têm especificidades, elas são apenas o pontapé inicial, então dependem muito do auxílio humano para realização dos ofícios:

> O período da manufatura, que logo proclama como seu princípio consciente a diminuição do tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias, também desenvolve eventualmente o uso de máquinas, sobretudo em certos processos iniciais e simples, que têm de ser executados massivamente e com grande aplicação de força. (Ibidem, p. 422)

Abrir caminho para o uso de máquinas começou a se tornar importante no século XVII, matemáticos e estudiosos da época foram responsáveis pelas primeiras noções que deram origem aos estudos de mecânica (MARX, 2017, p.422-423). Além dos estudos das ciências exatas, a economia política "surge como ciência própria no período da manufatura, considera a divisão social do trabalho do ponto de vista exclusiva da divisão manufatureira do trabalho, isto é, como meio de produzir mais mercadorias com a mesma quantidade de trabalho e, por conseguinte, baratear as mercadorias e acelerar a acumulação do capital." (MARX, 2017, p. 438- 439).

Uma informação importante que Marx traz e que é importante deixar claro aqui, é que como o próprio autor diz, o motor da história é a luta de classes. Essas transições entre cooperação e manufatura, bem como as posteriores, não teriam findado da mesma forma se não fosse a luta dos trabalhadores, o que ele ressalta como queixas dos capitalistas de insubordinação dos trabalhadores:

> A queixa sobre a falta de disciplina dos trabalhadores atravessa então todo o período da manufatura, e se não tivéssemos os testemunhos dos escritores da época, os simples fatos de que do século XVI até a época da grande indústria o capital não havia conseguido se apoderar da totalidade do tempo disponível dos trabalhadores manufatureiros, que as manufaturas tinham vida curta e, conforme a imigração ou emigração, os trabalhadores tinham de deixar um país para se instalar em outro, já falariam por bibliotecas inteiras. 'A ordem tem de ser estabelecida, de uma maneira ou de outra', exclama em 1770 o autor, repetidamente citado, de *Essay on Trade and Commerce*. (MARX, 2017, p. 442)

A manufatura se mostra então como parte do processo de divisão do trabalho, Marx vai dizer que o trabalhador passa a ser marcado a ferro em brasa, é propriedade do capital (MARX, 2017). O processo de enxergar o capitalista enquanto unidade dos trabalhadores começa já na cooperação, se concretiza na manufatura e se torna completo na grande indústria, quando a ciência passa a ser sujeita à produção e servir ao capital (MARX, 2017, p. 435).

Por fim, Marx vai trazer o período da manufatura que se produzem máquinas, caracterizadas por suprimir a atividade artesanal e fazer com que o trabalhador se sujeite a uma função parcial no processo de produção (MARX, 2017), fase esta que começa a surgir a indústria moderna, dotada de muitas particularidades e inovações, que serão tratadas no tópico seguinte.

1.4 SUBSUNÇÃO DO TRABALHO AO CAPITAL: GRANDE INDÚSTRIA

O período posterior à manufatura vai ser chamado de grande indústria por Marx e é ao longo dos capítulos históricos que ele vai trazer informações muito relevantes sobre esse período de transição até a consolidação da grande indústria, que será importante para entendermos o movimento de produção nos dias atuais, que decorrem como desdobramento histórico dessa fase do capitalismo.

A diferença essencial da manufatura para a grande indústria é descrito aqui: “Na manufatura, o revolucionamento do modo de produção começa com a força de trabalho; na grande indústria, com o meio de trabalho.” (MARX, 2017, p. 445). “Na manufatura, portanto, vemos a base técnica imediata da grande indústria. Aquela produziu a maquinaria, com a qual esta suprassumiu [*aufhob*] os sistemas artesanal e manufatureiro nas esferas de produção de que primeiro se apoderou.” (MARX, 2017, p. 456)

Dessa forma, retomo aqui a importância da máquina-ferramenta, utilizada no período da manufatura e que se torna base ao período que viria posteriormente,“É dessa parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que nasce a revolução industrial no século XVIII. Ela continua a constituir um ponto de partida, diariamente em constante renovação, sempre que o artesanato ou a manufatura se convertem em indústria mecanizada.” (MARX, 2017, p. 447). “A partir do momento em que a ferramenta propriamente dita é transferida do homem para um mecanismo, surge uma máquina no lugar de uma mera ferramenta.” (MARX, 2017, p. 448) e “O caráter cooperativo do processo de trabalho se converte agora, portanto, numa necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho.” (Ibidem, p.459)

Enquanto processo histórico importante, Marx vai enfatizar a criação da máquina a vapor: “O grande gênio de Walt se evidencia na especificação da patente, obtida em abril de 1784, na qual sua máquina a vapor é descrita não como uma invenção para fins específicos, mas como agente universal da grande indústria.” (MARX, 2017, p. 451). A diferença entre cooperação de muitas máquinas e sistema de maquinaria, se observa na situação em que “No primeiro caso, o produto inteiro é feito pela mesma máquina de trabalho, a qual realiza todas as diversas operações que antes um artesão realizava com sua ferramenta [...]” (MARX, 2017,p. 452)

A máquina, que se configura como meio de trabalho, tem consequências que vão além da própria revolução técnica, como mostra o disposto:

> A máquina da qual parte a Revolução Industrial substitui o trabalhador que maneja uma única ferramenta por um mecanismo que opera com uma massa de ferramentas iguais ou semelhantes de uma só vez e é movido por uma única força motriz, qualquer que seja sua forma. Temos, aqui, a máquina, mas apenas como elemento simples da produção mecanizada. (Ibidem, p. 449)

Entender o processo da grande indústria requer que se conheça a forma como a maquinaria funciona, não somente seu sentido estritamente técnico, mas como ela trabalha em consonância com o trabalho humano. Em O Capital, Marx realça que “Foi somente depois que as ferramentas se transformaram de ferramentas do organismo humano em ferramentas de um aparelho mecânico, isto é, em máquina-ferramenta, que também a máquina motriz adquiriu uma forma autônoma, totalmente emancipada dos limites da força humana.” (MARX, 2017, p. 452). É nesses moldes que se configura a passagem da manufatura para a grande indústria, a grande novidade é a mudança no processo de produção, processo este que na manufatura era dividido e sequenciado, agora é realizado por uma máquina que opera com uma combinação de diferentes ferramentas (Idem). Desse modo, Marx explica que há uma revolução de fato, no modo de se produzir, condicionado pela divisão do trabalho:

> O revolucionamento do modo de produção numa esfera da indústria condiciona seu revolucionamento em outra. Isso vale, antes de mais nada, para os ramos da indústria isolados pela divisão social do trabalho - cada um deles produzindo, por isso, uma mercadoria autônoma -, porém entrelaçados como fases de um processo global. (MARX, 2017, p. 457)

Para além disso, “A grande indústria teve, pois, de se apoderar de seu meio característico de produção, a própria máquina, e produzir máquinas por seu meio característico de produção, a própria máquina, e produzir máquinas por meio de máquinas.” (MARX, 2017, p. 458). Essa fase de transição, com o crescimento da produção mecanizada

no começo do século XIX, faz crescer também a produção de máquinas-ferramentas (MARX, 2017, p.458).[1]

Igualmente importante é entender a relação da maquinaria com o trabalhador, pois é a partir disso que se consegue compreender a dimensão dessa fase do capitalismo. Nesse sentido, Marx vai tratar dessa relação relatando o que ocorre na Inglaterra no período da Revolução industrial: "É exatamente dessa última parte do instrumento artesanal que a Revolução Industrial se apropria em primeiro lugar, deixando para o homem, além do novo trabalho de vigiar a máquina com os olhos e corrigir os erros dela com as mãos, o papel puramente mecânico de força motriz." (Idem, p. 448). Dessa forma, "[...] o homem, em vez de atuar com a ferramenta sobre o objeto de trabalho, passa a exercer apenas o papel de força motriz sobre uma máquina-ferramenta, o fato de a força de trabalho se revestir de músculos humanos torna-se acidental, e o vento, a água, o vapor etc. podem assumir seu lugar." (Ibidem, p. 449). Por conseguinte, tendo a força de trabalho humana[2] disposta apenas como força motriz da maquinaria,

> Considerada exclusivamente como meio de barateamento do produto, o limite para o uso da maquinaria está dado na condição de que sua própria produção custe menos trabalho do que o trabalho substituído por sua aplicação. Para o capital, no entanto, esse limite se expressa de forma mais estreita. Como ele não paga o trabalho aplicado, mas o valor da força de trabalho aplicada, o uso da máquina lhe é restringido pela diferença entre o valor da máquina e o valor da força de trabalho por ela substituída. (MARX, 2017, p. 466)

Marx (2017) entende que a "A distinção essencial é entre operários que se ocupam efetivamente com as máquinas-ferramentas (a elas se condicionam alguns operários para vigiar ou abastecer a máquina motriz) e meros operários subordinados (quase exclusivamente crianças) a esses operadores de máquinas". Outra questão importante que é trabalhada com Marx que vale a pena ser ressaltada aqui é a divisão do trabalho, que implica mudanças no próprio processo de produção e ele explica:

> A divisão do trabalho que reaparece na fábrica automática consiste, antes de mais nada, na distribuição dos trabalhadores entre as máquinas especializadas, bem como de massas de trabalhadores que, entretanto, não chegam a formar grupos articulados entre os diversos departamentos da fábrica, onde trabalham

1 Vale ressaltar que Marx descreve que essa questão da maquinaria tangencia o ponto da ciência e esta última não custa nada ao capitalista, dado interessante já que ela impulsiona o lucro, como Marx trata posteriormente e busco ressaltar ao longo do capítulo

2 Cabe aqui dizer que Marx explora também no capítulo 13 a questão do trabalho infantil: "À medida que torna prescindível a força muscular, a maquinaria converte-se no meio de utilizar trabalhadores com pouca força muscular ou desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria!" (Ibidem, p. 468)

> em máquinas-ferramentas do mesmo tipo, enfileiradas uma ao lado da outra, de modo que, entre eles, ocorre apenas a cooperação simples. (Ibidem, p. 492)

Além de o ser humano ser colocado na situação de trabalho de agir apenas como força motriz, existe também a condição que a maquinaria sujeita às pessoas. Robert Owen, citado por Marx, vai expor que "Desde a introdução geral da cara maquinaria, a natureza humana foi forçada muito além de sua força média" (OWEN *apud* MARX, 2017, p. 476). Assim, a maquinaria se mostra como meio de maior exploração do trabalho humano, ou seja, "[...] a maquinaria é movida pela tendência a reduzir ao mínimo as barreiras naturais humanas, resistentes, porém elásticas." Com isso, a maquinaria se mostra como forma de comprimir o trabalho, ou seja, "Essa compressão de uma massa maior de trabalho num dado período de tempo mostra-se, agora, como ela é: uma quantidade maior de trabalho." (MARX, 2017, p. 482). Dessa forma, Marx demonstra que a maquinaria é uma forma de prolongar a jornada de trabalho:

> Se a maquinaria é o meio mais poderoso de incrementar a produtividade do trabalho, isto é, de encurtar o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, ela se converte, como portadora do capital nas indústrias de que imediatamente se apodera, no meio mais poderoso de prolongar a jornada de trabalho para além de todo o limite natural. (MARX, 2017,475-476)

Sendo maior a quantidade de trabalho, a jornada de trabalho segue sendo intensa, "Com a jornada de trabalho prolongada, amplia-se a escala da produção, enquanto o capital investido em maquinaria e edifícios permanece inalterado. Por isso, não só cresce o mais-valor como decrescem os gastos necessários para sua extração." (MARX, 2017, p. 478). Nesse sentido, Marx chega ao ponto da criação da maquinaria, ao que Marx vai apontar seu objetivo principal:

> Como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela deve baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo, a fim de prolongar a outra parte de sua jornada, que ele dá gratuitamente para o capitalista. A maquinaria é meio para a produção de mais-valor. (MARX, 2017, p. 445)

Explicando: "O mais-valor provém unicamente da parcela variável do capital, e vimos que a massa do mais-valor é determinada por dois fatores: a taxa do mais-valor é o número de trabalhadores simultaneamente ocupados." (MARX, 2017, p. 479).

Como descrito no disposto acima, a maquinaria, sendo meio para a produção de mais-valor, tem a capacidade de ampliar a extração deste último:

> Como qualquer outro componente do capital constante, a maquinaria não cria valor nenhum, mas transfere seu próprio valor ao produto, para cuja produção ela serve. Na medida em que tem valor e, por isso, transfere valor ao produto, ela se constitui num componente deste último. Ao invés de barateá-lo, ela o encarece na proporção de seu próprio valor. (MARX, 2017, p. 460)

Assim, a produção de mais-valor em um período de acumulação intensa do capital em que mantinha as mesmas condições da manufatura, o que inclui jornada de trabalho, só crescer, é o que mais vai dizer a seguir:

> [...] o método de produção do mais-valor relativo consiste em fazer com que o trabalhador, por meio do aumento da força produtiva do trabalho, seja capaz de produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo. O mesmo tempo de trabalho agrega ao produto total o mesmo valor de antes, embora esse valor de troca inalterado se incorpore agora em mais valores de uso, provocando, assim, uma queda no valor da mercadoria individual. (Ibidem, p. 482)

Marx vai expor que na transição para a indústria mecanizada, em que existe certo monopólio dessas grandes fábricas, os ganhos serão exorbitantes, o que faz com que os capitalistas explorem ao máximo por uma maior jornada de trabalho possível (MARX, 2017, p. 479). Dessa forma, “A produtividade da máquina é medida, assim, pelo grau em que ela substitui a força humana de trabalho.” (MARX, 2017,, p. 464).

Ao mesmo tempo em que o capitalista está tendo ganhos estratosféricos, o trabalhador vive essa fase de forma bem diferente: "Enquanto estes recebiam o mesmo salário e ganhavam 1 hora de tempo livre, o capitalista obtinha a mesma massa de produtos e poupava 1 hora de gastos com carvão, gás etc.” (Idem, p. 484). A extração de mais valor se dá das seguintes formas:

> [...] a máquina se converte, nas mãos do capitalista, no meio objetivo e sistematicamente aplicado de extrair mais trabalho no mesmo período de tempo. Isso se dá de duas maneiras: pela aceleração da velocidade das máquinas e pela ampliação da escala da maquinaria que deve ser supervisionada pelo mesmo operário, ou do campo de trabalho deste último. (Ibidem, p. 484)

Essa inserção da maquinaria, tendo o intuito de aumentar a acumulação de capital, gera por consequência a diminuição do número de trabalhadores:

> [...] é claro que a indústria mecanizada, por mais que, à causa do trabalho necessário, expanda o mais-trabalho mediante o aumento da força produtiva do trabalho, só chega esse resultado ao diminuir o número de trabalhadores ocupados por um dado capital. Ela transforma em maquinaria, isto é, em capital constante, que não produz mais-valor, uma parcela do capital que antes era variável, isto é, que antes se convertia em força de trabalho viva. (MARX, 2017, p. 479-480)

Durante o período que se intensificou a grande indústria, além dos trabalhadores estarem sendo substituídos, a jornada de trabalho foi algo duro e intenso:

> [...] com o progresso do sistema da maquinaria e a experiência acumulada de uma classe própria de operadores de máquinas, aumenta natural-espontaneamente a velocidade e, com ela, a intensidade do trabalho. Assim, na Inglaterra o prolongamento da jornada de trabalho andou durante meio século de mãos dadas com a intensificação crescente do trabalho fabril. (MARX, 2017, p. 482)

Vale ressaltar também que, além dos trabalhadores manuais, caracterizados por serem apêndices vivos de um mecanismo morto (MARX, 2017, p. 494), existem os trabalhadores mais qualificados, com diferença técnica e superior dos que faziam o papel do apêndice da maquinaria:

> Ao lado dessas classes principais, figura um pessoal numericamente insignificante, encarregado do controle de toda a maquinaria e de sua reparação constante, como engenheiros, mecânicos, carpinteiros etc. Trata-se de uma classe superior de trabalhadores, com formação, com formação científica ou artesanal, situada à margem do círculo dos operários fabris e somente agregada a eles. Essa divisão do trabalho é puramente técnica. (MARX, 2017, p. 492)

Levando em consideração as condições de trabalho, Marx traz uma informação muito relevante e que se seguirá por todo esse trabalho quando diz respeito ao processo de trabalho:

> Toda produção capitalista, por ser não apenas processo de trabalho, mas, ao mesmo tempo, processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é o trabalho que emprega as condições de trabalho, mas, ao contrário, são estas últimas que empregam o trabalhador; porém, somente com a maquinaria essa inversão adquire uma realidade tecnicamente tangível. (MARX, 2017, p. 495)

A maquinaria é, então, relevante para tornar tátil o processo de valorização e as condições de trabalho que empregam o trabalhador.

Enfim, em relação à técnica, Marx (2017) tece as seguintes considerações:

> A subordinação técnica do trabalhador ao andamento uniforme do meio de trabalho e a composição peculiar do corpo de trabalho, constituído de indivíduos de ambos os sexos e pertencentes às mais diversas faixas etárias, criam uma disciplina de quartel, que evolui até formar um regime fabril completo, no qual se desenvolve plenamente o já mencionado trabalho de supervisão e, portanto, a divisão dos trabalhadores em trabalhadores manuais e capatazes, em soldados rasos da indústria e suboficiais industriais. (MARX, 2017, p. 495-496)

Todas essas condições expostas aqui que condicionam o período da maquinaria e transitam para a grande indústria, marcando a subsunção do trabalho ao capital, gerou

consequências aos próprios trabalhadores. No entanto, é importante salientar que esses trabalhadores não aceitaram essas condições passivamente e Marx traz essa inquietação:

> [...] a revolta crescente da classe operária obrigou o Estado a reduzir à força o tempo de trabalho e a impor à fábrica propriamente dita uma jornada normal de trabalho, ou seja, a partir do momento em que a produção crescente de mais- valor mediante o prolongamento da jornada de trabalho estava de uma vez por todas excluída, o capital lançou-se com todo seu poder e plena consciência à produção de mais-valor relativo por meio do desenvolvimento acelerado do sistema da maquinaria. (MARX, 2017, p. 482)

A demanda da jornada de trabalho foi objeto de grande discussão no período em que os grandes capitalistas acumulavam altas taxas de lucros:

> [...] a tendência do capital, tão logo o prolongamento da jornada de trabalho lhe esteja definitivamente vedado por lei, de ressarcir-se mediante a elevação sistemática do grau de intensidade do trabalho e transformar todo aperfeiçoamento da maquinaria em meio de extração de um volume ainda maior de força de trabalho, não tardará a atingir um ponto crítico, em que será inevitável uma nova redução das horas de trabalho. (MARX, 2017, p. 489)

Marx ressalta na passagem a seguir o conflito entre o trabalhador e o capitalista:

> A luta entre capitalista e trabalhador assalariado começa com a própria relação capitalista, e suas convulsões atravessam todo o período manufatureiro. Mas é só a partir da introdução da maquinaria que o trabalhador luta contra o próprio meio de trabalho, contra o modo material de existência do capital. Ele se revolta contra essa forma determinada do meio de produção como base material do modo de produção capitalista. (Ibidem, p. 499-500)

A revolta não é à toa, "Como máquina, o meio de trabalho logo se converte num concorrente do próprio trabalhador. A autovalorização do capital por meio da máquina é diretamente proporcional ao número de trabalhadores cujas condições de existência ela aniquila." (MARX, 2017, p. 502-503). "O objetivo permanente da maquinaria aperfeiçoada é diminuir o trabalho manual ou completar um elo na cadeia da produção fabril, substituindo aparelhos humanos por aparelhos de ferro." (URE *apud* MARX, 2017, p. 504).

Marx demonstra, através de outro autor, que a rivalidade entre o ser humano e a maquinaria é o meio pelo qual os capitalistas acabaram com reivindicações: "De acordo com Gaskell, a máquina a vapor foi, desde o início, um antagonista da 'força humana', o rival que permitiu aos capitalistas esmagar as crescentes reivindicações dos trabalhadores, que ameaçavam conduzir à crise o incipiente sistema fabril." (MARX, 2017, p. 508).

É pertinente mostrar aqui também os efeitos práticos do uso da maquinaria no custo para o capitalista em comparação com o trabalho vivo, ao que Marx demonstra:

> A cada aperfeiçoamento da máquina, ele ocupará cada vez menos trabalhadores. Se a maquinaria recém-introduzida custa menos do que a soma da força de trabalho e das ferramentas de trabalho por elas deslocadas – por exemplo, somente £1.000 em vez de £1.500 –, então um capital variável de £1.000 se converterá em capital constante, ou permanecerá vinculado, ao passo que um capital de £500 será liberado. (MARX, 2017, p. 511)

Além desses efeitos, o que se mostra logo é que "O resultado imediato da maquinaria é aumentar o mais-valor e, ao mesmo tempo, a massa de produtos em que ele se representa – portanto, aumentar, também, juntamente com a substância de que a classe dos capitalistas e seus sequazes se alimentam, essas próprias camadas sociais." (MARX, 2017, p. 517). Em decorrência disso, os trabalhadores são retirados da oficina e postos no mercado de trabalho, adensando o número de forças de trabalho já disponíveis para o capitalista (MARX, 2017, p. 512).

A maquinaria assume um trabalho de deixar mais curto o tempo de trabalho:

> [...] a maquinaria encurta o tempo de trabalho, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela aumenta a jornada de trabalho; como, por si mesma, ela facilita o trabalho, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela aumenta sua intensidade; como, por si mesma, ela é uma vitória do homem sobre as forças da natureza, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ele subjuga o homem por intermédio das forças da natureza; como, por si mesma, ela aumenta a riqueza do produtor, ao passo que, utilizada de modo capitalista, ela o empobrece etc. (MARX, 2017, p. 513).

Marx apresenta outro fator em relação ao modo de produção das mercadorias que afeta diretamente o acúmulo de capital:

> "[...] já sabemos que, a cada progresso do sistema da maquinaria, aumenta a parte constante do capital, isto é, a parte composta de maquinaria, matéria-prima etc., ao mesmo tempo que diminui o capital variável, investido em força de trabalho; e sabemos também que em nenhum outro método de produção o aperfeiçoamento é tão constante e, por isso, a composição do capital total é tão variável. Essa mudança contínua é, no entanto, interrompida de modo igualmente constante por intervalos de parada e por uma expansão meramente quantitativa sobre uma dada base técnica. Com isso, aumenta o número de trabalhadores ocupados." (Ibidem, p. 521-522)

Outro fator importante que o autor busca se debruçar é a de que os maiores lucros têm produção nesse período, é nele que se concentram os maiores acúmulos de capital:

> Esse período inicial, em que a máquina conquista pela primeira vez seu campo de ação, é de importância decisiva devido aos extraordinários lucros que ajuda a produzir. Estes não só constituem, por si mesmos, uma fonte de acumulação acelerada, como atraem à esfera favorecida da produção grande parte do capital social adicional que se forma constantemente e busca novas aplicações. (MARX, 2017, p. 522)

Marx traz um elemento importante, que é o da problemática das relações internacionais de produção e mercado, ao passo que diz que "Ao arruinar o produto artesanal desses mercados, a indústria mecanizada os transforma compulsoriamente em campos de produção de sua matéria-prima. Assim, por exemplo, as Índias Orientais foram obrigadas a produzir algodão, lã, cânhamo, juta, anil etc. para a Grã-Bretanha." (MARX, 2017, p. 523). Dessa mesma forma, ressalta a necessidade e emigração entre países menos afortunados: "A constante 'transformação em supranumerários' dos trabalhadores nos países de grande indústria estimula de modo artificial a emigração e a colonização de países estrangeiros, transformando-os em celeiros de matérias-primas para a metrópole." (Ibidem).

Marx (2017) traz à tona um fator valioso para entendermos essa dinâmica do mercado mundial:

> A enorme capacidade, própria do sistema fabril, de expandir-se aos saltos sua dependência do mercado mundial geram necessariamente uma produção em ritmo fabril e consequente saturação dos mercados, cuja contração acarreta um período de estagnação. A vida da indústria se converte numa sequência de períodos de vitalidade mediana, prosperidade, superprodução, crise e estagnação. (MARX, 2017, p. 524-525)

Outro elemento que Max retoma é a ideia dos ciclos industriais e a condição do trabalhador estar ou não colocado no mercado:

> O crescimento do número de trabalhadores fabris é, portanto, condicionado pelo crescimento proporcionalmente muito mais rápido do capital total investido nas fábricas. Mas esse processo só se realiza nos períodos de alta e baixa do ciclo industrial. Ademais, ele é constantemente interrompido pelo progresso técnico, que ora substitui virtualmente os trabalhadores, ora os desloca de fato. (MARX, 2017, p. 525)

Marx vai ressaltar que "[...] o mais característico de tudo isso é como o revolucionamento do processo de produção se realizou à custa do trabalhador." (MARX, 2017, p. 528) e que [...] a cristalização rígida da organização manufatureira, que tem origem na velha divisão do trabalho, é dissolvida e dá lugar a uma modificação incessante." (Ibidem, p. 533), modificação essa do processo de produção.

A relação exaustiva da máquina com o trabalhador, abre discussão sobre as condições de trabalho e remuneração:

> A grande produção de mais-valor nesses ramos de trabalho, juntamente com o barateamento progressivo de seus artigos, foi e é devida principalmente ao fato de que o salário é o mínimo necessário para vegetar de modo miserável, ao mesmo tempo que o tempo de trabalho é o máximo humanamente possível. (MARX, 2017, p. 542)

Com a baixa remuneração, difíceis condições de trabalho e poucos postos a serem ocupados, Marx diz que "[...] cria-se sistematicamente um exército industrial de reserva sempre disponível, dizimado durante parte do ano pelo mais desumano trabalho forçado e, durante a outra parte degradado pela falta de trabalho." (MARX, 2017, p. 549).

Essas condições degradantes levaram à necessidade de intervenção do Estado, por meio das crescentes reivindicações dos trabalhadores, como citei acima. Marx mostra no disposto a seguir a importância disso: "A legislação fabril, essa primeira reação consciente e planejada da sociedade à configuração natural-espontânea de seu processo de produção, é, como vimos, um produto tão necessário da grande indústria quanto o algodão, as *self-actors* e o telégrafo elétrico." (MARX, 2017, p. 551). Marx até ironiza essa questão da necessidade do Estado interferir, provocando que "O que poderia caracterizar melhor o modo de produção capitalista do que a necessidade de lhe impor as mais simples providências de higiene e saúde por meio da coação legal do Estado?" (MARX, 2017, p. 552). O autor também retoma a ideia de que "[...] numa sociedade com interesses antagônicos, cada um promove o bem comum ao buscar sua própria vantagem." (Ibidem, p. 551) e esse é o caso dos capitalistas.

Marx ressalta a questão da ciência dentro da indústria:

> A grande indústria rasgou o véu que ocultava aos homens seu próprio processo social de produção e que convertia os diversos ramos da produção, que se haviam particularizado de modo natural-espontâneo, em enigmas uns em relação aos outros, e inclusive para o iniciado em cada um desses ramos. O princípio da grande indústria, a saber, o de dissolver cada processo de produção propriamente dito em seus elementos constitutivos, e, antes de tudo, fazê-lo sem nenhuma consideração para com a mão humana, criou a mais moderna ciência da tecnologia. (MARX, 2017, p. 556)

Nesse sentido, a técnica se torna revolucionária e é por meio dela que o capitalismo consegue renovar seus processos produtivos:

> A indústria moderna jamais considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é, por isso, revolucionária, ao passo que a de todos os modos de produção anteriores era essencialmente conservadora. Por meio da maquinaria, de processos químicos e outros métodos, ela revoluciona continuamente, com a base técnica da produção, as funções dos trabalhadores e as combinações sociais do processo de trabalho. Desse modo ela revoluciona de modo igualmente constante a divisão do trabalho no interior da sociedade e não cessa de lançar massa de capital e massas de trabalhadores de um ramo de produção para outro. A natureza da grande indústria condiciona, assim, a variação do trabalho, a fluidez da função, a mobilidade pluridimensional do trabalhador. (MARX, 2017, p. 557)

Dessa forma, o revolucionamento da técnica se torna imprescindível para o barateamento das mercadorias:

> À primeira introdução da maquinaria em qualquer ramo da produção seguem-se gradativamente novos métodos para o barateamento de sua reprodução, além de aperfeiçoamentos que afetam não apenas partes ou mecanismos isolados, mas sua estrutura inteira. Razão pela qual, em seu primeiro período de vida, esse motivo especial para se prolongar a jornada de trabalho atua de maneira mais intensa. (MARX, 2017, p. 477)

Por fim, pode-se apreender nesse capítulo a necessidade da técnica para manter o processo de produção sempre se revolucionando em si, por meio da ciência. A necessidade de sempre se realocar para aumento de lucros faz com que a ciência permita a chamada reestruturação produtiva, da qual esmiuçarei no capítulo a seguir.

Dessa forma, a partir dos estudos de Karl Marx, busquei neste capítulo trazer a concepção do trabalho e como ele se estruturou, passando pelos capítulos históricos e compreendendo como o processo produtivo da cooperação, manufatura e grande indústria se desenvolveram no quadro analisado por Marx, para que se chegue em formas mais complexas do capitalismo que procurarei adentrar no capítulo que sucede: o taylorismo-fordismo e o toyotismo, como formas do capital se reestruturar.

CAPÍTULO 2 - REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: DO TAYLORISMO AO REGIME DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

No capítulo anterior, foi possível explorar o que os leitores de Marx chamam de capítulos históricos. A cooperação, a manufatura e a grande indústria foram parte do processo produtivo que colocou o capital em seu regime de acumulação mais evidente, rápido e que garantiu um grande acúmulo de capital. Através deles é possível entender que o trabalho, tratado também por Marx, é parte essencial do processo de obtenção de mais-valor pelos capitalistas.

Conforme alcança novos patamares, o sistema de produção capitalista fica cada vez mais complexo a partir da introdução, no período de início da grande indústria, das maquinarias. A tecnologia passa a assumir papel central no processo de produção, e esse é um fator já sinalizado por Marx em O Capital e que Previtali (2008) expõe no seguinte trecho:

> A introdução de inovações tecnológicas e organizacionais no processo produtivo é uma constante no modo de produção capitalista. Marx (1988) foi um dos primeiros pensadores a tratar esses elementos como endógenos ao processo de acumulação capitalista, analisando-os no contexto da luta de classes sociais. (PREVITALI, 2008, p. 143)

Dessa forma, a autora Previtali (2008), expõe essa questão que será chave ao longo deste capítulo: a introdução de inovações tecnológicas para o regime de acumulação do capital. Previtali também ressalta que "[...] o capital realiza a mais valia relativa através de um processo de mudanças nos meios de produção e métodos de organização do trabalho por meio da aplicação da tecnologia, que, por sua vez, reduz o valor da mercadoria e da força de trabalho". (PREVITALI, 2008, p. 144)

Com o intuito de redução do valor da mercadoria e da força de trabalho, como exposto acima, o capital, além de introduzir máquinas, incorpora ao processo produtivo novos métodos de fazê-lo, é o que o Braverman vai chamar de gerencialismo. Dessa forma, ele pondera que as tecnologias, bem como os novos métodos de gerência científica, "[...] foram ensejadas pela tendência a maior produtividade: isto é, o esforço para encontrar modos de incorporar até mesmo quantidades menores de tempo de trabalho em quantidades cada vez maiores de produto. Isto leva a métodos e maquinaria mais rápidos e eficientes." (BRAVERMAN, 1987, p. 149).

Braverman também ressalta que "[...] no modo capitalista de produção, novos métodos e nova maquinaria são incorporados dentro de um empenho gerencial para dissolver o

processo de trabalho como um processo dirigido pela gerência." (BRAVERMAN, 2011, p. 149). Por certo, o método de gerência é importante para o processo de produção, como demonstra o autor, que "É na era da revolução técnico-científica que as gerências avocam para si o problema de apoderar-se de todo o processo e controlar cada elemento dele, sem exceção." (BRAVERMAN, 2011, p. 149)

Por consequência, esse controle comentado por Braverman (2011) é mostrado como sendo o objetivo da gerência, que tem o intuito de colocar a ciência em função da inovação no processo de produção para que haja um controle a partir da gerência científica. É importante ressaltar que Braverman manifesta o ponto de que "[...] na indústria coexistem todas as formas de trabalho: o ofício, o trabalho manual ou mecanizado, a máquina automática ou o processo continuado." (BRAVERMAN, 2011, p. 150) e é significativo justamente para ressaltar que o processo produtivo não é homogêneo de início, pois todas as formas na indústria existem em concomitância.

A ciência da gerência científica vem então com o intuito de homogeneizar o processo e entendê-lo passo a passo, atitude que surgiu primordialmente com Taylor, com a publicação do livro "Administração de Oficinas" (1903), que teve por objetivo tornar cada passo do operário calculado e, de acordo com Braverman, "Taylor desejava um 'gorila adestrado', que soubesse executar as ordens da gerência científica. (BRAVERMAN, 1979)." (PREVITALI, 2008, p. 142). Para isso, fez um estudo detalhado do tempo e do movimento dos operários, para cada função, ao qual Taylor define: "O estudo do tempo pode ser definido como o dimensionamento do tempo decorrido para cada operação componente do processo do trabalho; seu instrumento principal é o cronômetro, regulado em frações de hora, minuto ou segundo." (TAYLOR *apud* BRAVERMAN, 2011, p. 151).

O estudo dos tempos e movimentos de Taylor pretendia tanto prever que diferentes métodos foram utilizados, como também desenhá-los a partir de modelos matemáticos, como mostra o trecho a seguir:

> Os gráficos desses movimentos utilizadas por engenheiros industriais, planejadores de trabalho e gerentes, dão a cada movimento um nome, um símbolo, um código em cor, e tempo em décimos de milésimos de minutos. Os símbolos do movimento básico são dados num manual recente de autoria do superintendente da Divisão de Engenharia Industrial da Universidade de Wisconsin [...] (BRAVERMAN, 2011, p. 152)

Partindo dessa espécie de manual, a que se dedica Taylor, Braverman entende que "Essa tentativa de conceber o trabalhador como uma máquina para todos os fins, operada pela gerência, é um dos muitos modos assumidos para o mesmo alvo: o deslocamento do trabalho

como o elemento subjetivo do processo do trabalho e sua transformação num objeto." (BRAVERMAN, 2011, p. 157). O trabalho se torna então objeto de estudos técnicos, para sua utilização nas mudanças do processo produtivo.

Braverman, nesse sentido, demonstra que "O trabalho sob a forma de esquemas padronizados de movimento é o trabalho utilizado como peça intercambiável, e sob esta forma vem corresponder cada vez mais, na vida, à abstração empregada por Marx na análise do modo capitalista de produção." (BRAVERMAN, 2011, p. 158)

Essa necessidade do Taylorismo de empregar a gerência científica, usando-se "A legitimidade da gerência se assenta no discurso da aplicação científica e imparcial dos princípios de eficiência. No entanto, o autor mostrou em seu trabalho, a despeito da retórica da eficiência científica, como o taylorismo se torna um projeto ideológico de dominação com o objetivo de assegurar a subordinação real do trabalho." (PREVITALI, 2008, p. 147)

Vale ressaltar que o taylorismo, apesar de apresentar muita evidência na questão da gerência científica, apresentou resistências da classe trabalhadora, como é possível observar a seguir:

> O taylorismo também enfrentou fortes resistências nos anos 20, e alguns comentadores, como Richard Edwards (1979), insistem que a oposição dos trabalhadores infligiu uma grande derrota à implantação dessas técnicas na maioria das indústrias, apesar do domínio capitalista dos mercados de trabalho, do fluxo contínuo de mão de obra imigrante e da capacidade de mobilizar exércitos de reserva da América rural (e, por vezes, negra). (HARVEY, 2016, p. 123)

Contudo, apesar da grande contribuição para o regime de acumulação do capital, o Taylorismo não foi suficiente para a manutenção das taxas de lucro. O que leva à necessidade aqui de expor os aspectos da primeira grande crise do capital, em 1929. É importante ressaltar que o intuito não é demonstrar, em modelos matemáticos e econômicos, os aspectos da crise, mas sim analisar do ponto de vista do trabalho o que se sucedeu.

Dialogando com Braverman (2011), Harvey (2016) é um autor que ressalta questões relevantes acerca do capitalismo, principalmente em relação às crises. Ele salienta três principais características do modo de produção a capitalista, a primeira é em relação ao crescimento do sistema:

> 1. O capitalismo é orientado para o crescimento. Uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista, visto que só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada. Isso implica que o capitalismo tem de preparar o terreno para uma expansão do produto e um crescimento em valores reais (e, eventualmente, atingi-los), pouco importam as consequências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas. Na medida em que a virtude vem da necessidade, um dos pilares básicos da ideologia capitalista é que o

> crescimento é tanto inevitável como bom. A crise é definida, em consequência, como falta de crescimento. (HARVEY, 2016, p. 166)

A segunda característica que realça Harvey é em relação ao controle do trabalho:

> 2. O crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo na produção. Isso não significa que o trabalho se aproprie de pouco, mas que o crescimento sempre se baseia na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria. Por isso, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo. O capitalismo está fundado, em suma, numa relação de classe entre capital e trabalho. Como o controle do trabalho é essencial para o lucro capitalista, a dinâmica da luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é fundamental para a trajetória do desenvolvimento capitalista. (HARVEY, 2016, p. 166)

Já a terceira característica tem relação com a necessidade da tecnologia para o processo produtivo:

> 3. O capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico. Isso decorre em parte das leis coercitivas, que impelem os capitalistas individuais a inovações em sua busca do lucro. Mas a mudança organizacional e tecnológica também tem papel-chave na modificação da dinâmica da luta de classes, movida por ambos os lados, no domínio dos mercados de trabalho e do controle de trabalho. Além disso, se o controle do trabalho é essencial para a produção de lucros e se torna uma questão mais ampla do ponto de vista do modo de regulamentação, a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório (como o aparelho do Estado, os sistemas políticos de incorporação e representação etc.) se torna crucial para a perpetuação do capitalismo. Deriva em parte dessa necessidade a ideologia de que o "progresso" é tanto inevitável como bom. (HARVEY, 2016, p. 168)

Esses aspectos salientados por Harvey são parte de um entendimento marxiano de que essas três condições, por serem necessárias e essenciais ao modo de produção capitalista, são contraditórias entre si e inconsistentes e, por consequência, são propensas a crises, essas últimas que produzem tendências de períodos de superacumulação, como foi o caso da crise de 1929 (HARVEY, 2016).

Introduzido o sentido estrutural da crise do capital, cabe agora entender a crise de 1929 de uma perspectiva histórica. Para esclarecer melhor a questão da crise de 1929, Carvalho (2008) nos mostra qual a perspectiva de Estado e de regulação que se tinha no período posterior à crise:

> A base do modelo liberal de gestão da economia capitalista que dominou a Europa e a maior parte do mundo ocidental ao longo do séc. XIX e até a crise de 1929 era a crença de que o próprio mercado dispunha de mecanismos de auto-ajuste que possibilitariam a superação de qualquer crise da melhor maneira que se poderia fazê-lo – ou, dito de outra maneira, que a intervenção de qualquer agente "planejador" (o Estado) poderia, na melhor das hipóteses, obter um resultado apenas equivalente ao obtido pelo próprio mercado. (CARVALHO, 2008, p. 02)

A partir desse mesmo autor, pode-se observar a seguir, em uma explicação sucinta, qual foi a origem da Grande Depressão:

> A origem da crise foi um forte movimento especulativo sustentado durante toda a década de 1920, após o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que projetava um forte crescimento do consumo resultante da 3 recuperação da Europa no pós-guerra. (CARVALHO, 2008, p. 02-03)

Dadas as circunstâncias da crise de 1929, é preciso analisar agora do ponto de vista do processo produtivo o que o capitalismo implementou para conseguir mantendo seus lucros e também o controle sobre o trabalho. Para superar a crise, Harvey aponta em seu livro, *A Condição Pós-Moderna,* importantes transformações oriundas das crises, falo agora em especial da crise de 1929, a qual foi esmiuçado no parágrafo acima e é exposto que "Foi necessário o New Deal de Roosevelt para salvar o capitalismo – fazendo, através da intervenção do Estado, o que Ford tentara fazer sozinho." (HARVEY, 2016, p. 122).

O que Harvey diz que Ford tentou fazer sozinho é o começo da história do Fordismo, parte importante do pós-crise, foi um elemento histórico para a recuperação da economia estadunidense após 1929, em conjunto com diversos fatores sociais e políticos. A seguir Harvey demonstra como o fordismo se estabeleceu:

> O modo como o sistema fordista se estabeleceu constitui, com efeito, uma longa e complicada história que se estende por quase meio século. Isso dependeu de uma miríade de decisões individuais, corporativas, institucionais e estatais, muitas delas escolhas políticas feitas ao acaso ou respostas improvisadas às tendências de crise do capitalismo, particularmente em sua manifestação na Grande Depressão dos anos 30. (HARVEY, 2016, p. 122-123)

A introdução do fordismo pelo próprio Ford data de antes da crise, em 1914, quando o mesmo incorporou o "dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearbon, Michigan." (HARVEY, 2016, p. 121).

No entanto, Harvey pondera a dificuldade do fordismo em se dissipar em seu período de origem, apesar do taylorismo ter ganhado espaço com seus modelos matemáticos de estudos do tempo e movimento:

> No resto do mundo capitalista, a organização do trabalho e as tradições artesanais eram simplesmente muito fortes, e a imigração muito fraca, para permitir ao fordismo ou ao taylorismo qualquer facilidade de produção, muito embora os princípios gerais da administração científica fossem amplamente aceitos e aplicados." (Idem, p. 123)

Dessa forma, é preciso compreender o longo processo que se deu de consolidação do fordismo nos Estados Unidos e que se espalhou para muitos lugares do mundo, dando referência a esse processo de produção.

2.1. CONSOLIDAÇÃO DO FORDISMO

Para adentrar no fordismo enquanto elemento importante do processo de produção pós crise de 1929 é preciso entender que, assim como a cooperação coexistiu com a maquinaria e com os ofícios mais artesanais, o fordismo também teve momentos de concomitância com o taylorismo, por isso alguns autores inclusive denominam o processo como taylorismo-fordismo, mas Harvey dedica um momento a distingui-los:

> O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significativa consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. (Idem, p. 121)

Ao citar Gramsci, Harvey pondera a questão do fordismo criar não apenas uma nova etapa para o processo de produção, mas sim que "O americanismo e o fordismo, observou ele em seus *Cadernos do Cárcere*, equivaliam ao 'maior esforço coletivo até para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem.'" (GRAMSCI *apud* HARVEY, 2016, p. 121).

Harvey (2016) entende que a Primeira Guerra Mundial foi fator importante para o fordismo, pois relata que "A subsequente mobilização da época da guerra também implicou planejamento em larga escala, bem como uma completa racionalização do processo de trabalho, apesar da resistência do trabalhador à produção em linha de montagem e dos temores capitalistas do controle centralizado." (HARVEY, 2016, , p. 123)

O fordismo não foi apenas um processo de produção e por isso ganha destaque em várias produções acadêmicas, não à toa ele aparece aqui como símbolo da mudança pós-crise. Esse processo de produção veio como forma de mudança brusca não apenas no processo produtivo, mas também no modo de vida, ele criou um novo homem, com novas perspectivas, o Estado estadunidense foi determinante para esse processo:

> Foi necessário conceber um novo modo de regulamentação para atender aos requisitos da produção fordista; e foi preciso o choque da depressão selvagem e do quase-colapso do capitalismo na década de 30 para que as sociedades capitalistas chegassem a alguma nova concepção da forma e do uso dos

> poderes do Estado. A crise manifestou-se fundamentalmente como falta de demanda efetiva por produtos, sendo nesses termos que a busca de soluções começou. (HARVEY, 2016, p. 124)

O Estado toma então papel essencial na mudança que levou o fordismo aos seus tempos dourados, em sua forma keynesiana, desenhada pelos EUA, como mostra Harvey a seguir:

> O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. (HARVEY, 2016, p. 125)

Em consequência, "O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para sua rede inúmeras nações descolonizadas." (Ibidem, p. 125). Harvey faz um adendo, em relação ao fordismo apoiado em formas de intervencionismo estatal:

> O fordismo também se apoiou na, e contribuiu para a, estética do modernismo - particularmente na inclinação desta última para a funcionalidade e a eficiência - de maneiras muito explícitas, enquanto as formas de intervencionismo estatal (orientadas por princípios de racionalidade burocrático-técnica) e a configuração do poder político que davam ao sistema a sua coerência e se apoiavam em noções de uma democracia econômica de massa que se mantinha através de um equilíbrio de forças de interesse especial. (HARVEY, 2016, p. 131)

Aliando as práticas econômicas ao processo de produção fordista, Harvey destaca que:

> O problema da configuração e uso próprios dos poderes do Estado só foi resolvido depois de 1945. Isso levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo. Como tal, ele veio a formar a base de um longo período de expansão pós-guerra que se manteve mais ou menos intacto até 1973. Ao longo desse período, o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico [...]. (HARVEY, 2016, p. 125)

Outro dever importante do Estado no período fordismo, é o controle econômico, próprio do keynesianismo e que mostrava a necessidade para o mantenimento do sistema, como mostra a seguir Harvey:

> Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. (HARVEY, 2016, p. 129)

Além disso, os diferentes países que se adequaram ao modelo fordista, muito bem desenvolvidos economicamente, buscam alcançar os padrões estadunidenses, apesar das diferenças ideológicas:

> O notável é a maneira pela qual governos nacionais de tendências ideológicas bem distintas – gaullista, na França, trabalhista, na Grã-Bretanha, democrata-cristão, na Alemanha Ocidental etc. - criaram tanto um crescimento econômico estável como um aumento dos padrões materiais de vida através de uma combinação de estado do bem-estar social, administração econômica keynesiana e controle de relações de salário. (HARVEY, 2016, p. 130)

Um fator importante e muito relevante ao fordismo é a sua capacidade de expansão para outros países. Esse processo foi muito importante para a expansão fordista, ditada pelos Estados Unidos, mas que colocou algumas dificuldades em alguns países. Harvey relata que "Foi preciso uma enorme revolução das relações de classe (uma revolução que começou nos anos 30, mas só deu frutos nos 50) para acomodar a disseminação do fordismo à Europa." (2016, p. 124). Dessa forma ele também pondera a expansão internacional:

> O fordismo do pós-guerra também teve muito de questão internacional. O longo período de expansão do pós-guerra dependia de modo crucial de uma maciça ampliação dos fluxos de comércio mundial e de investimento internacional. De desenvolvimento lento dos Estados Unidos antes de 1939, o fordismo se implantou com mais firmeza na Europa e no Japão depois de 1940 como parte do esforço de guerra. (HARVEY, 2016, p. 131)

A conveniência da abertura para o mercado internacional, vai ser mostrada por Harvey como uma grande jogada da economia estadunidense, no sentido de dar vazão aos produtos, para que o consumo se realizasse:

> Essa abertura do investimento estrangeiro (especialmente na Europa) e do comércio permitiu que a capacidade produtiva excedente dos Estados Unidos fosse absorvida alhures, enquanto o progresso internacional do fordismo significou a formação de mercados de massa globais e a absorção da massa da população mundial fora do mundo comunista da dinâmica global de um novo tipo de capitalismo. (HARVEY, 2016, p. 131)

Os Estados Unidos apresentam-se em posição de destaque no pós-guerra, transformando sua moeda em padrão ouro, o que colocaria o país em outro patamar econômico, este propiciado inclusive pelo fordismo:

> O acordo de Bretton Woods, de 1944, transformou o dólar na moeda-reserva mundial e vinculou com firmeza o desenvolvimento econômico do mundo à política fiscal e monetária norte-americana. A América agia como banqueiro do mundo em troca de uma abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder das grandes corporações. (HARVEY, 2016, p. 131)

Em outro esclarecimento notável em relação à internacionalização do fordismo, Harvey vai salientar as necessidades políticas de outras nações:

> É nesse contexto confuso que temos de compreender as tentativas altamente diversificadas em diferentes nações-Estado de chegar a arranjos políticos, institucionais e sociais que pudessem acomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regulamentar as condições essenciais de sua própria reprodução. (HARVEY, 2016, p. 124)

Essa expansão internacional do fordismo "[...] ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder." (Idem, p. 132).

Vale ressaltar nesse espaço os principais produtos que se mostraram como pontos relevantes para o crescimento da economia de países desenvolvidos:

> Os carros, a construção de navios e de equipamentos de transporte, o aço, os produtos petroquímicos, a borracha, os eletrodomésticos e a construção se tornaram os propulsores do crescimento econômico, concentrando-se numa série de regiões de grande produção da economia mundial – o Meio Oeste dos Estados Unidos, a região do Ruhr-Reno, as Terras Médias do Oeste da Grã-Bretanha, a região de produção de Tóquio-Yokohama. (Ibidem, p. 125)

Essas regiões mais desenvolvidas do capitalismo dominam os mercados e dependem de países que enviem matérias-primas para essas produções, como mostra o disposto a seguir:

> Coordenadas por centros financeiros interligados, tendo como ápice da hierarquia os Estados Unidos e Nova York, essas regiões-chave da economia mundial absorviam grandes quantidades de matérias-primas do resto do mundo não comunista e buscavam dominar um mercado mundial de massa crescentemente homogêneo com seus produtos. (HARVEY, 2016, p. 125)

No entanto, "[...] o desenvolvimento desigual na economia mundial significou a experiência de ciclos econômicos já paralisados como oscilações locais e amplamente compensatórias no interior de um crescimento razoavelmente estável da demanda mundial." (Idem, p. 131)

A implantação de um sistema de produção que tinha um casamento perfeito com o sistema econômico precisava deixar de lado sua maior ameaça: os trabalhadores. Nada mais efetivo do que atacar a organização deles, representada pelos sindicatos, ao passo que Harvey mostra: "A derrota dos movimentos operários radicais que ressurgiram no período pós-guerra imediato, por exemplo, preparou o terreno político para os tipos de controle do trabalho e de compromisso que possibilitaram o fordismo." (HARVEY, 2016, p. 125)

Por isso, “Com o seu principal adversário sob controle, os interesses da classe capitalista puderam resolver o que Gramsci denominara antes problema de ‘hegemonia’ e estabelecer uma base aparentemente nova para relações de classes conducentes ao fordismo.” (HARVEY, 2016, p. 128). Os sindicatos, como mostra o disposto a seguir, ganham poder mas de forma condicional:

> Nos Estados Unidos, por exemplo, os sindicatos ganharam considerável poder na esfera da negociação coletiva nas indústrias de produção em massa do Meio Oeste e do Nordeste, preservaram algum controle dentro das fábricas sobre as especificações de tarefas, sobre a segurança e as promoções, e conquistaram importante poder político (embora nunca determinante) sobre questões sobre benefícios da seguridade social, salário mínimo e outras facetas da política social. Mas adquiriram e mantiveram esses direitos em troca da adoção de uma atitude cooperativa no tocante às técnicas fordistas de produção e às estratégias corporativas cognatas para aumentar a produtividade. (HARVEY, 2016, p. 128)

Além disso, os sindicatos tinham problemas para as negociações de salários, estando restritas a determinados setores, como mostra Harvey a seguir:

> [...] a negociação fordista de salários estava confinada a certos setores da economia e a certas nações-Estado em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimentos de larga escala na tecnologia de produção em massa. Outros setores de produção de alto risco ainda dependiam de baixos salários e de fraca garantia de emprego. (HARVEY, 2016, p. 132)

Parte fundamental do período de sucesso do fordismo, foi a garantia de crescimento de lucros, bem como um padrão de vida estável para os trabalhadores de regime, o que garantia certa “harmonia”:

> Utilizava-se o grande poder corporativo para assegurar o crescimento sustentado de investimentos que sustentassem a produtividade, garantissem o crescimento e elevassem o padrão de vida enquanto mantinham uma base estável para a realização de lucros. Isso implicava um compromisso corporativo com processos estáveis, mas vigorosos de mudança tecnológica, com um grande investimento de capital fixo, melhoria da capacidade administrativa na produção e no marketing e mobilização de economias de escala mediante a padronização do produto. (HARVEY, 2016, p. 129)

Como foi dito anteriormente, o fordismo foi parte importante de um processo de criação de uma outra vida, de outro cidadão e“A administração científica de todas as facetas da atividade corporativa (não somente produção como também relações pessoais, treinamento no local de trabalho, marketing, criação de produtos, estratégias de preços, obsolescência planejada de equipamentos e produtos) tornou-se o marco da racionalidade corporativa burocrática.” (HARVEY, 2016, p. 129). No entanto, é até meados de 1970 que o fordismo consegue se manter enquanto sistema importante para a expansão da economia:

> [...] o núcleo essencial do regime fordista manteve-se firme ao menos até 1973, e, no processo, até conseguiu manter a expansão no período pós-guerra – que favorecia o trabalho sindicalizado e, em alguma medida, estendia os 'benefícios' da produção e do consumo de massa de modo significativo – intacta. (Ibidem, p. 134)

2.2. DESCENSO DO FORDISMO E CRISE DE 1970

"A história se repete, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa"[3]. Marx já havia exposto uma de suas máximas e que cabe aqui - uma das várias vezes no sistema capitalista. A história se repete novamente, apresentando uma nova crise no capitalismo em meados dos anos 1970.

Mas antes de se chegar perto de um colapso novamente é importante que vejamos quais sinais foram surgindo ao longo do tempo depois que o fordismo foi perdendo força. O fordismo já vinha sendo enfraquecido antes da crise econômica em 1970, como revela Harvey:

> [...] parece que havia indícios de problemas sérios no fordismo já em meados dos anos 60. Na época, a recuperação da Europa Ocidental e do Japão tinha se completado, seu mercado interno estava saturado e o impulso para criar mercados de exportação para os seus excedentes tinha de começar. E isso ocorreu no momento em que o sucesso da racionalização fordista significava o relativo deslocamento de um número cada vez maior de trabalhadores da manufatura. (HARVEY, 2016, p. 135)

Também é relevante expor aqui que o fordismo, apesar de proporcionar uma vida de estabilidade àqueles trabalhadores que faziam parte do sistema de produção, não era capaz de conceder a todos essa forma de vida, ela é excludente e a seguir vemos quem eram essas pessoas:

> Os mercados de trabalho tendiam a se dividir entre o que O'Connor (1973) denominou um setor 'monopolista' e um setor 'competitivo' muito mais diversificado em que o trabalho estava longe de ter privilégios. As desigualdades resultantes produziram sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos - movimentos que giravam em torno da maneira pela qual a raça, o gênero e a origem étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado. (HARVEY, 2016, p. 132)

Além desses grupos marginalizados nos próprios países em que o fordismo era forte, nos países menos desenvolvidos e que apresentavam outros tipos de relações trabalhistas, havia também insatisfação, como mostra o disposto a seguir:

> Devem-se acrescentar a isso todos os insatisfeitos do Terceiro Mundo com um processo de modernização que prometia desenvolvimento, emancipação das

3 Karl Marx, Dezoito Brumário de Louis Bonaparte, 1852.

> necessidades e plena integração ao fordismo, mas que, na prática, promovia a destruição de culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de ganhos bastante pífios em termos de padrão de vida e de serviços públicos (por exemplo, no campo da saúde), a não ser para uma elite nacional muito afluente que decidira colaborar ativamente com o capital internacional. (Idem, p. 133)

Assim sendo, é possível observar que o fordismo e o próprio keynesianismo acabam dependendo do Estado para ter satisfação dos trabalhadores que "A legitimação do poder do Estado dependia cada vez mais da capacidade de levar os benefícios do fordismo a todos e de encontrar meios de oferecer assistência médica, habitação e serviços educacionais adequados em larga escala, mas de modo humano e atencioso." (HARVEY, 2016, p. 133). É então que "A condição do fornecimento de bens coletivos dependia da contínua aceleração da produtividade do trabalho no setor corporativo. Só assim o Estado keynesiano do bem-estar social poderia ser fiscalmente viável." (Ibidem, p. 133), o keynesianismo e o fordismo se viam cada vez mais sem saída e começam a apresentar problemas na economia.

Esses problemas na economia começaram a ser evidentes após a presença de problemas fiscais dos EUA, em 1966:

> [...] a queda da produtividade e da lucratividade corporativas depois de 1966 marcou o começo de um problema fiscal nos Estados Unidos que só seria sanado às custas de uma aceleração da inflação, o que começou a solapar o papel do dólar como moeda-reserva internacional estável. (HARVEY, 2016, p. 135)

Os problemas fiscais passam a ter consequências maiores, com a desvalorização do dólar, que anteriormente havia substituído o padrão ouro, agora atinge a hegemonia dos Estados Unidos e, consequentemente, o fordismo e o keynesianismo:

> [...] a competição internacional se intensificou à medida que a Europa Ocidental e o Japão, seguidos por toda uma gama de países recém-industrializados, desafiaram a hegemonia estadunidense no âmbito do fordismo a ponto de fazer cair por terra o acordo de Bretton Woods e de produzir a desvalorização do dólar. A partir de então, taxas de câmbio flutuantes e, muitas vezes, sobremodo voláteis substituíram as taxas fixas da expansão do pós-guerra. (HARVEY, 2016, p. 135)

De acordo com Harvey, "[...] o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo" (HARVEY, 2016, p. 135). E, contrariando os princípios do fordismo, a rigidez do mesmo acaba se tornando um problema, com poucas saídas flexíveis ao capitalismo:

> Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados,

> na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor "monopolista"). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972. (Harvey, 2016, p. 135)

Esses problemas da rigidez tiveram uma resposta na impressão de papel-moeda, que gerou uma onda inflacionária, afetando diretamente o regime de acumulação do capital, diminuindo essa capacidade dos grandes capitalistas, como mostra Harvey:

> O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável. E, assim, começou a onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra. Por trás de toda a rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir, a acumulação do capital. (HARVEY, 2016, p. 136)

Após gerar essa onda inflacionária, o capital viu a necessidade de freá-la, mas já não era suficiente para evitar as dificuldades que se sucederia:

> A tentativa de frear a inflação ascendente em 1973 expôs muita capacidade excedente nas economias ocidentais, disparando antes de tudo uma crise mundial nos mercados imobiliários [...] e severas dificuldades nas instituições financeiras. Somaram-se a isso os efeitos da decisão da OPEP de aumentar os preços do petróleo e da decisão árabe de embargar as exportações de petróleo para o Ocidente durante a guerra árabe-israelense de 1973. (Ibidem, p. 136)

A crise dos anos 1970, conhecida também como a crise do petróleo, passa a se tornar mais evidente e isso torna os problemas mais explícitos. Dois deles são externados por Harvey:

> Isso (1) mudou o custo relativo dos insumos de energia de maneira dramática, levando todos os segmentos da economia a buscarem modos de economizar energia através da mudança tecnológica e organizacional, e (2) levou ao problema da reciclagem dos petrodólares excedentes, problema que exacerbou a já forte instabilidade dos mercados financeiros mundiais. (HARVEY, 2016, p. 136-137)

Esses problemas na economia apresentavam origens também no fordismo, pois com uma capacidade de produção incessante e sem vazão desses produtos, a economia se encontrava congelada e isso levou-os a pensar a novas estruturações:

> [...] as corporações viram-se com muita capacidade excedente inutilizável (principalmente fábricas e equipamentos ociosos) em condições de intensificação da competição [...]. Isso as obrigou a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho (caso

> pudessem superar ou cooptar o poder sindical). A mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência em condições gerais de deflação. (HARVEY,2016, p. 139-140)

Essas mudanças tecnológicas que começavam a ser feitas ainda não foram suficientes para evitar essa recessão de 1973, ela foi agravada pelo choque do petróleo, mas já vinha sofrendo problemas do que Harvey chama de "estagflação", que é a estagnação da produção de bens e existência de uma alta inflação de preços e esses problemas danificaram o sistema fordista, o que derivou uma necessidade de, nas décadas de 70 e 80, reestruturar um contexto social, político e econômico que havia sido todo pautado pelo fordismo (HARVEY, 2016).

Ademais, a crise que decorre a partir de 1973 tem raízes no fordismo e o keynesianismo, o que coloca em xeque esses sistemas, como é mostrado a seguir:

> A crise 1973-1975 derivou em parte de um confronto com a rigidez acumulada de práticas e políticas de governo implantadas no período fordista-keynesiano. As políticas keynesianas tinham se mostrado inflacionárias à medida que as despesas públicas cresciam e a capacidade fiscal estagnava. Como sempre fora parte do consenso político fordista que as redistribuições deviam se fundamentar no crescimento, a redução do crescimento significava inevitavelmente problemas para o Estado do bem-estar social e do salário social. (HARVEY, 2016, p. 157)

Não só é importante a visão do capital, a perspectiva dos trabalhadores já estava sendo solapada a partir da interferência nos sindicatos, a retirada de poder desses, agindo a partir de concessões, fazendo com que o horizonte socialista seja abandonada e os sindicatos sejam descredibilizados(HARVEY, 2016).

Portanto, é interessante observar esse movimento que essa forma de vida que proporcionou o fordismo com a ajuda do keynesianismo como política de Estado, sua rigidez não foi suficiente para que se evitasse uma crise do capital. Para contornar esse processo, o capital se adaptou a uma nova forma de acumulação, que será tratada no próximo tópico.

2.3. NOVA CRISE, NOVO REGIME DE ACUMULAÇÃO

Na intenção de responder à crise que se formou com o descenso do fordismo, bem como do keynesianismo estadunidense, o capital iniciou um novo processo depois do colapso que causou a crise de 1973. Previtali (2008) reitera que "[...] a reestruturação produtiva visa

responder à crise que se instaura no regime taylorista-fordista de acumulação a partir da segunda metade da década de 1970.” (PREVITALI, 2008, p. 142).

Dialogando com Previtali (2008), é interessante trazer as considerações que Harvey tece a respeito do período que se apresenta depois da crise, uma reestruturação do capital que muda completamente a forma de se enxergar o trabalho e que ele vai chamar de acumulação flexível, que é explicado a seguir:

> A *acumulação flexível,* como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 2016, p. 140)

Esse novo regime, dito por Harvey, “A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’.” (HARVEY, 2016, p. 140). Esse regime de acumulação também gerou novos índices de desemprego, pois a sua novidade, a flexibilidade, não tinha a ver exatamente com geração de empregos, mas sim com flexibilidade para o capital, como é mostrado a seguir:

> A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’ (em oposição a ‘friccional’), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais [...] e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista.” (HARVEY, 2016, p. 141)

De acordo com Harvey, o enfraquecimento dos sindicatos no período fordista foi um elemento crucial para a virada que se deu em relação aos empregos, essa alteração os tornou mais voláteis e permitiu ao capital impor novas formas de trabalho:

> Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis.” (Idem, p. 143)

Essa questão do emprego teve consequências estruturais, a decisão do capital em flexibilizar significava algo a mais: “Mais importante do que isso é a aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.” (p. 143)

Harvey apresenta um esquema sobre a nova estrutura que apresenta o trabalho depois da crise da década de 1970. Nesse esquema circular, o centro representa o núcleo duro, como explica abaixo:

> O *centro* – grupo que diminui cada vez mais, segundo notícias de ambos os lados do Atlântico – se compõe de empregados "em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização". Gozando de maior segurança no emprego, boas perspectivas de promoção e de reciclagem, e de uma pensão, um seguro e outras vantagens indiretas relativamente generosas, esse grupo deve atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel. (HARVEY, 2016, p. 144)

Depois do centro, vem a primeira camada e ela "consiste em 'empregados' em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado." (Idem, p. 144) Já a segunda é um grupo que começa a ser marginalizado:

> O segundo grupo periférico 'oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinandos com subsídio público, tendo ainda menos seguranças de emprego do que o primeiro grupo periférico'. Todas as evidências apontam para um crescimento bastante significativo desta categoria de empregados nos últimos anos. (Ibidem, p. 144)

Harvey ressalta um ponto interessante acerca dessa flexibilidade, que apesar de ser evidente como uma forma de reestruturação do trabalho e muitas vezes exploração com retirada de direitos (o que seria considerado uma rigidez), dá até certo momento um benefício mútuo ao trabalhador e ao capital:

> Esses arranjos de emprego flexíveis não criam por si mesmos uma insatisfação trabalhista forte, visto que a flexibilidade pode às vezes ser mutuamente benéfica. Mas os efeitos agregados, quando se consideram a cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança no emprego, de modo algum parecem positivos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo. (HARVEY, 2016, p. 144)

Esse mútuo benefício a que se refere Harvey geralmente tem relação com a flexibilidade para o próprio trabalhador, ter o sentimento de maior autonomia. O autor ainda reitera uma informação muito relevante acerca dos trabalhadores centrais, esse núcleo duro que tem mais direitos e condições de reivindicá-los, são cada vez mais reduzidos e o capital pretende dessa forma substituí-los pelo que ele chama de trabalhadores flexíveis como é possível observar no trecho a seguir:

> A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores 'centrais' e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins. Na Inglaterra, os 'trabalhadores flexíveis' aumentaram em 16 por cento, alcançando 8,1 milhões entre 1981 e 1985, enquanto os empregos permanentes caíram em 6 por cento, ficando em 15,6 milhões (*Financial Times,* 27 de fevereiro de 1987). (HARVEY, 2016, p. 144)

Reafirmando sua posição, Harvey enfatiza que "Mesmo que algumas mulheres e algumas minorias tenham tido acesso a posições mais privilegiadas, as novas condições do mercado de trabalho de maneira geral reacentuaram a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados [...]." (HARVEY, 2016, p. 145), ou seja, esses grupos que desde os escritos de Marx já eram relatados como grupos sem privilégios, reafirmam sua vulnerabilidade em novas condições de trabalho.

Harvey expõe também um ponto de interesse aqui, que vai ao encontro de Previtali (2008) ao dizer que "[...] a necessidade da constante reorganização do processo produtivo ocorre justamente como necessidade de combater a resistência dos trabalhadores ao controle e à racionalização." (HARVEY, 2016, p. 150). Harvey reconhece que: "A luta contra a exploração capitalista na fábrica é bem diferente da luta contra um pai ou tio que organiza o trabalho familiar num esquema de exploração altamente disciplinado e competitivo que atende às encomendas do capital multinacional" (HARVEY, 2016, p. 146). É dessa forma que o capital tenta minar a luta dos trabalhadores.

No entanto, a luta dos trabalhadores responde a essas investidas durante o período de transição para a chamada acumulação flexível, com a luta das mulheres, como é mostrado a seguir:

> A transição para a acumulação flexível foi marcada, na verdade, por uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho num período em que o movimento de mulheres lutava tanto por uma maior consciência como por uma melhoria das condições de um segmento que hoje representa mais de 40 por cento da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados. (HARVEY, 2016, p. 146)

Essa nova forma de acumulação, se utilizava inclusive de tecnologias novas e marcou esse novo período do capitalismo e "Novas técnicas e novas formas organizacionais de produção puseram em risco os negócios de organização tradicional, espalhando uma onda de bancarrotas, fechamento de fábrica, desindustrialização e reestruturações que ameaçou até as corporações mais poderosas." (HARVEY, 2016, p. 146), a rigidez passa a dar lugar agora à flexibilização.

Outro fator interessante que é bom ressaltar aqui é que esse novo sistema de produção mais flexível permitia que se avançasse no ritmo de inovação, pois "Esses sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala – ao mesmo tempo que dependeram dela." (HARVEY, 2016, p. 148). Uma questão muito relevante para esse novo modo de produção que se sucede ao fordismo, é que as tecnologias e a nova forma de integrar o trabalho apresentam novas formas, como é mostrado por Harvey:

> O tempo de giro – que sempre é uma chave de lucratividade capitalista – foi reduzido de modo dramático pelo uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais (como o sistema de gerenciamento de estoques '*just-in-time',* que corta dramaticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo). Mas a aceleração do tempo de giro na produção teria sido inútil sem a redução do tempo de giro no consumo. (Ibidem, p. 148)

É preciso ressaltar aqui a forma de consumo, que passa a mudar com um novo regime de acumulação, ela passa a ser efêmera e ser pautada no novo regime flexível, como é possível ver a seguir:

> A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais. (Harvey, 2016, p. 148)

Essas mudanças de consumo passam a ser associadas às mudanças no modo de produção, o que revela um aumento no emprego no setor de serviços a partir dos anos 70 (HARVEY, 2016). Outro fator importante é a questão que sucede:"A 'desregulamentação' (outro slogan político da era da acumulação flexível) significou muitas vezes um aumento da monopolização (passada uma fase de competição intensificada) em setores como empresas de aviação, energia e serviços financeiros." (MARX, 2016, p. 150).

Ainda relacionado com o indivíduo, a rigidez do fordismo passa a dar lugar à flexibilidade, o que afeta não só os sistemas de produção, a forma de trabalho, mas também o que há de subjetivo no ser humano:

> [...] o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo. Na medida em que a ação coletiva se tornou, em consequência disso, mais difícil - tendo essa dificuldade constituído, com efeito, a meta central do impulso de incremento do controle do trabalho -, o individualismo exacerbado se encaixa no quadro geral como condição necessária, embora não suficiente, da transição do fordismo para a acumulação flexível. (HARVEY, 2016, p. 161)

É preciso também ressaltar aqui que a acumulação flexível levou a uma fusão de muitas empresas, com receio da falência, como mostra a seguir:

> Num dos extremos da escala de negócios, a acumulação flexível levou as maciças fusões e diversificações corporativas. As companhias americanas gastaram 22 bilhões de dólares comprando umas às outras em 1977, mas, por volta de 1981, a cifra chegara a 82 bilhões, alcançando em 1985 um extraordinário pico de 180 bilhões. (HARVEY, 2016, p. 150)

Em uma fala emblemática citada por Harvey, o presidente de uma grande empresa estadunidense disse que " 'a tarefa da administração é fazer dinheiro, e não aço', anunciou James Roderick, presidente da US Steel, em 1979; em seguida, ele se lançou numa campanha de aquisições e expansões para diversificar as atividades da empresa." (HARVEY, 2016,p. 150). Com essa fala, ele expressa os mais íntimos interesses do capital, evidenciando a importância do lucro.

Dessa forma, visando sempre a lucratividade, o capital embarca nos mais diferentes estados para atingir seus patamares de lucro, o que significa também se expandir geograficamente e ainda sim se manter organizado, dando respostas flexíveis aos mercados de trabalho, processo de trabalho e mercado de consumo, adicionando a isso inovações na tecnologia (HARVEY, 2016).

Assim como a introdução de tecnologia, o acesso a informação passa a ser valioso nesse novo processo produtivo, como mostra abaixo Harvey:

> [...] as informações precisas e atualizadas são agora uma mercadoria muito valorizada. O acesso à informação, bem como o seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados, tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados. (HARVEY, 2016, p. 151)

As informações são valiosas porque permitem ao capital o aumento dos lucros, veja a seguir:

> [...] também criou uma situação em que vastos lucros podem ser realizados com base no acesso privilegiado às informações, em particular nos mercados monetários e financeiros (como testemunham os proliferantes escândalos de 'venda de informações confidenciais dos anos 80, que abalaram tanto Nova York como Londres). (HARVEY, 2016, p. 151)

Dessa forma, Harvey argumenta que "[...] o acesso privilegiado a informações de qualquer espécie (tais como conhecimentos científicos e técnicos, políticas) passa a ser um aspecto essencial das decisões bem-sucedidas e lucrativas." (HARVEY, 2016, p. 151).

Nesse sentido de que o acesso à informação é lucrativo, o acesso a ciência também vai no mesmo caminho, quem detém o conhecimento sai em disparada:

> O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas. Universidades e institutos de pesquisa competem ferozmente por pessoal, bem como pela honra de patentear primeiro novas descobertas científicas (quem primeiro conseguir o antídoto para o vírus da AIDS certamente terá bons lucros, como o reconheceu claramente o acordo entre pesquisadores norte-americanos e o Instituto Pasteur francês sobre a partilha de informações e de direitos de patente. (Ibidem, p. 151)

Essa nova era de flexibilização significou uma "completa reorganização do sistema financeiro global e a emergência de poderes imensamente ampliados de coordenação financeira." (HARVEY, 2016, p. 152) e, em consequência, gerou uma inovação no mundo financeiro, como é possível ver aqui:

> A desregulamentação e a inovação financeira – processos longos e complicados – tinham se tornado, na época, um requisito para a sobrevivência de todo centro financeiro mundial num sistema global altamente integrado, coordenado pelas telecomunicações instantâneas. A formação de um mercado de ações global, de mercados futuros de mercadorias (e até de dívidas) globais, de acordos de compensação recíproca de taxas de juros e moedas, ao lado da acelerada mobilidade geográfica de fundos, significou, pela primeira vez, a criação de um único mercado mundial de dinheiro e de crédito. (Idem)

Mais uma novidade nesse regime de acumulação flexível é a centralidade que toma o poder dos bancos:

> Esse 'espantoso' mundo das altas finanças envolve uma variedade igualmente espantosa de atividades entrelaçadas, em que os bancos tomam maciços empréstimos de curto prazo uns dos outros, as companhias de seguro e fundos de pensão reúnem tal quantidade de fundos de investimento que terminam por funcionar como 'formadores de mercado' dominantes, enquanto o capital industrial, mercantil e imobiliário se integram de tal maneira às estruturas e operações financeiras que se torna cada vez mais difícil dizer onde começam os interesses comerciais e industriais e terminam os interesses estritamente financeiros. (HARVEY, 2016, p. 154)

Outro tópico relevante para o desenvolvimento do sistema produtivo é a dependência dos países menos desenvolvidos, que já vinha enfrentando dificuldades no fordismo e não conseguia ocupar lugares na economia que não fossem marginalizados. Acontece que com a flexibilização do sistema econômico e do processo produtivo, em consequência da crise dos anos 1970 fez aumentar a dívida do que Harvey (2016) chamou de "países do Terceiro Mundo". Esses países, como era o caso da América Latina, Brasil incluído, tinham uma força de trabalho pouco remunerada, que foi aproveitada para criar uma produção padronizada (HARVEY, 2016), criando uma espécie de fordismo periférico (LIPIETZ *apud* HARVEY, 2016). É interessante mostrar o que Harvey (2016) diz sobre o possível pagamento dessas dívidas: "[...] vemos agora que também é possível que as nações-Estado (África do Sul, Peru,

Brasil etc) não cumpram suas obrigações financeiras internacionais, forçando negociações entre Estados sobre pagamentos de dívidas." (HARVEY, 2016, p. 159).

Esse capitalismo mais flexível se apoia, em grande parte, no capital financeiro e isso o permite ser mais volátil do que o período do fordismo e keynesianismo:

> A acumulação flexível evidentemente procura o capital financeiro como poder coordenador mais do que o fordismo o fazia. Isso significa que a potencialidade de formação de crises financeiras e monetárias autônomas e independentes é muito maior do que antes, apesar de o sistema financeiro ter mais condições de minimizar esses riscos através da diversificação e da rápida transferência de fundos de empresas, regiões e setores em decadência para empresas, regiões e setores lucrativos. (HARVEY, 2016, p. 155)

Como é possível observar no trecho anterior e continua no que se segue, o capital se desdobra agora sem se preocupar com limites de informação, geográficos, a autonomização dos processos passa a tomar conta desse novo período:

> Boa parte da fluidez, da instabilidade e do frenesi pode ser atribuída diretamente ao aumento dessa capacidade de dirigir os fluxos de capital para lá e para cá de maneiras que quase parecem desprezar as restrições de tempo e de espaço que costumam ter efeito sobre as atividades materiais de produção e consumo. (HARVEY, 2016, p. 155)

Essas mudanças expostas por Harvey, em relação à fluidez das relações, além de remodelar o processo produtivo, também passa a modificar as relações de trabalho, os Estado se tornam mais empreendedores:

> Na medida em que o aumento da competição internacional em condições de crescimento lento forçou todos os Estados a se tornarem mais 'empreendedores' e preocupados em manter um clima favorável aos negócios, a força do trabalho organizado e de outros movimentos sociais tinha de ser contida. (Idem, p. 158)

Nesse sentido, Harvey frisa que esse novo período de acumulação funciona bem mais como uma continuidade, ao invés de uma ruptura:

> Há muitos outros sinais de continuidade, em vez de ruptura, com a era fordista. Os imensos déficits públicos dos Estados Unidos, atribuíveis principalmente à defesa, foram fundamentais para o pouco crescimento econômico ocorrido no capitalismo mundial ao longo da década de 80, sugerindo que as práticas keynesianas de modo algum morreram. Do mesmo modo, o compromisso com a competição no 'livre mercado' e com a desregulamentação não se enquadra inteiramente na onda de fusões, consolidações corporativas nem no extraordinário crescimento de interligações entre firmas supostamente rivais de origem nacional distinta. (Ibidem, p. 160)

As mudanças no setor de trabalho, principalmente o setor de serviços que passa a crescer nesse período, como já foi citado anteriormente, tem relação principalmente com aumento da informalidade:

> [...] o empreendimentismo caracteriza não somente a ação dos negócios, mas domínios da vida tão diversos quanto a administração municipal, o aumento da produção do setor informal, a organização do mercado de trabalho, a área de pesquisa e desenvolvimento, tendo até chegado aos recantos mais distantes da vida acadêmica, literária e artística. (HARVEY, 2016, p. 161)

Dessa forma, evidenciar essas mudanças no processo produtivo, desde a cooperação de Marx, passando pela Grande Depressão de 1929, o taylorismo, o fordismo, a crise de 1970 e o período de acumulação flexível que sucede essa crise, tem relações íntimas com o processo de trabalho e apresenta muitos impactos, como foi possível observar neste capítulo.

Cabe agora, depois de ter entendido esse movimento de reestruturação que necessita o trabalho pós-crise, entender nossa mais recente crise e analisar seus impactos no processo produtivo e no mundo do trabalho, dando novas características.

CAPÍTULO 3 – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E IMPACTOS NA CLASSE TRABALHADORA

No capítulo anterior, buscou-se aprofundar o desenvolvimento do capital que ocorre depois de uma crise, que abala as estruturas do capitalismo. Isso é o que muitos autores, como Ricardo Antunes, chamam de reestruturação produtiva. O capital busca, nesse sentido, reestruturar seu modo de produção para responder ao problema da crise, em busca de um novo modo de continuar a sustentar sua acumulação.

Essa reestruturação, como já trabalhada, pode ser apresentada de várias formas, com mudanças de inserção tecnológica, no processo de trabalho, mas principalmente no que diz respeito à incorporação de força de trabalho humana e todas as mudanças que isso envolve, isso porque, de acordo com Marx (2017) a extração de mais-valor que agrega acumulação ao capitalista, vem desse processo.

Ao compreender a crise de 1929 e de meados de 1970, foi possível entender como o capital respondeu às crises de superprodução, mudando seu modo de produzir mercadorias, na implantação do fordismo em larga escala após 1929 e na aposta do toyotismo, just-in-time e regime de acumulação flexível depois do que ficou popularmente conhecido como a crise do petróleo em 1970.

O capitalismo, como argumenta Harvey (2016), consegue se adaptar melhor em meio a um processo menos rígido na produção. Com mais flexibilidade para o capital, o regime de *acumulação flexível* é colocado em prática. Apesar disso, essa solução é temporária e o capitalismo está sujeito a uma nova crise.

É preciso então entender a mais recente crise no capitalismo que se deu em escala global para que possamos entender quais suas consequências no Brasil atualmente no trabalho contemporâneo, quais indicadores e leituras se fazem em meio a um contexto atual não apenas de consequência da crise 2008, mas também de um novo cenário em decorrência da pandemia da covid-19 e pensar quais as perspectivas desse processo para um país menos desenvolvido, como é o caso do Brasil.

3.1 - A CRISE DE 2008 E SEUS DESDOBRAMENTOS

A crise mais recente e mais estudada, que pauta muitos dos desdobramentos sociais e econômicos que vivemos hoje é a crise de 2008. Para entendermos então muitas das relações

atuais e a reestruturação produtiva da qual vivemos hoje, é necessário que entendamos como aconteceu esse processo da crise e como ela afetou as relações de produção e de trabalho.

Endossando sobre a importância da crise de 2008, Harvey vai dizer que "Esta foi, sem dúvida, a mãe de todas as crises. No entanto, também deve ser vista como auge de um padrão de crises financeiras que se tornaram mais frequentes e mais profundas ao longo dos anos, desde a última grande crise do capitalismo nos anos 1970 e início dos anos 1980." (HARVEY, 2011, p. 13). Vemos então que ela é parte de um padrão que começou a se formar.

É relevante mostrar aqui o que ocorreu nos Estados Unidos no período em que a crise de 2008 eclodiu. Para ilustrar esse período, Harvey traz à tona que em janeiro de 2007 Wall Street, símbolo das transações internacionais, praticamente igualou seus ganhos com as perdas da base da pirâmide social (HARVEY, 2011). O que aconteceu em 2008, foi " a 'crise das hipotecas *subprime*, como veio a ser chamada, levou ao desmantelamento de todos os grandes bancos de investimento de Wall Street, com mudanças de estatuto, fusões forçadas ou falências." (HARVEY, 2011, p. 10). Nesse sentido, o epicentro estava nos títulos de hipoteca, que detinham os bancos, com os preços de imóveis subindo e no momento que isso começou a colapsar esses bancos pediram socorro a Geogre Bush, que prontamente enviaram o dinheiro (HARVEY, 2011)

Harvey também exemplifica isso com as grandes empresas que começaram a declarar falência e como isso começou a afetar não apenas os Estados Unidos, mas também a Europa:

> Muitos dos tradicionais ícones da indústria dos EUA, como a General Motors, chegaram perto da falência, e um socorro temporário das montadoras de Detroit teve de ser organizado. A economia britânica estava igualmente com sérias dificuldades, e a União Europeia foi abalada, mesmo com níveis desiguais, com a Espanha e a Irlanda, juntamente com vários dos Estados orientais europeus que recentemente aderiram à União, mais seriamente afetados. (HARVEY, 2011, p. 13)

Para ressaltar essa questão das crises em relação ao mercado imobiliário, Harvey busca explicar no disposto a seguir porque é nesse nicho que ela se expressa:

> Crises associadas a problemas nos mercados imobiliários tendem a ser mais duradouras do que as crises curtas e agudas que, às vezes, abalam os mercados de ações e os bancos diretamente. Isso porque, como veremos, os investimentos no espaço construído são em geral baseados em créditos de alto risco e de retorno demorado: quando o excesso de investimento é enfim revelado (como aconteceu recentemente em Dubai), o caos financeiro que leva muitos anos a ser produzido leva muitos anos para se desfazer. (Idem, 2011, p. 14)

Dessa forma, “Não há, portanto, nada de original no colapso atual, além do tamanho e alcance. Também não há nada de anormal sobre seu enraizamento no desenvolvimento urbano e no mercado imobiliário.” (HARVEY, 2011, p. 16).

É interessante trazer aqui o que Harvey entende pelo projeto neoliberal que surgiu e culminou nesse processo da crise:

> [...] se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Massacrado por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal. E não há nenhuma evidência de que ele está morto. (HARVEY, 2011, p. 16)

Fazendo coro com Harvey, uma leitura muito recente de Iuri Tonelo endossa a ideia da expressão da crise financeira ter sido, apesar de seu *crash* em 2008 em relação à bolha imobiliária, ela poderia ter outras relações:

> A crise poderia ter explodido em um ponto ou outro dessa configuração neoliberal. O fato de ser acionado na esfera financeira não implica que seja exclusivamente financeira. Trata-se de uma crise sistêmica, uma crise do conjunto dos dispositivos colocados em prática para ter sucesso em restaurar a taxa de lucro, uma crise de soluções para a crise anterior! (HUSSON *apud* TONELO, 2021, p. 62)

Dessa forma, Tonelo (2021) também demonstra a seguir que essa crise era, além de tudo, incontornável, não havia formas de se evitar:

> [...] a crise de 2008 era incontornável: não se referia, para usar uma imagem do mundo da medicina, a uma gripe forte em um copo saudável; ao contrário, sua real explicação nos faz lembrar mais um paciente que recebe o diagnóstico de doença grave nos anos 1970 e então se entope de remédios fortes para se ‘curar’ momentaneamente, mas sem medir bem os efeitos colaterais que os medicamentos teriam no futuro. (TONELO, 2021, p. 62)

Além disso, elas funcionavam, de acordo com Harvey (2011) para racionalizar irracionalidades do capitalismo, elas geram novas crises e novas configurações, bem como modelos de desenvolvimento e formas novas de poder de classe (HARVEY, 2011). Em qualquer conjuntura, é significativo a relação de classe, Harvey ressalta esse poder dizendo que “A possibilidade de sairmos da crise de uma maneira diferente depende muito do equilíbrio das forças de classe. Depende do grau com que a massa da população se levante e diz: “Já basta, vamos mudar o sistema.” (HARVEY, 2011, p. 18)

É nesse sentido que o trabalhador se torna obstáculo para as imposições neoliberais do capital:

> Um dos principais obstáculos para o contínuo acúmulo de capital e a consolidação do poder de classe capitalista na década de 1960 foi o trabalho. Havia escassez de mão de obra, tanto na Europa quanto nos EUA. O trabalho era bem organizado, razoavelmente bem pago e tinha influência política. No entanto, o capital precisava de acesso a fontes de trabalho mais baratas e mais dóceis. Houve uma série de maneiras para fazer isso. Uma delas foi estimular a imigração. O Ato de Imigração e Nacionalidade de 1965, que aboliu as cotas de origem nacional, permitiu o acesso ao capital dos EUA à população excedente global (antes apenas europeus e caucasianos eram privilegiados). (HARVEY, 2011, p 20)

É importante retomar aqui a ideia de quem foi o ator principal da conjuntura que ajudou a reerguer as instituições financeiras depois de crises: "Um dos princípios básicos pragmáticos que surgiram na década de 1980, por exemplo, foi o de que o poder do Estado deve proteger as instituições financeiras a todo custo." (HARVEY, 2011, p. 16). Dessa forma, mesmo "Se tudo isso falhasse, havia pessoas como Ronald Reagan, Margareth Thatcher e o general Augusto Pinochet à espera, armados com a doutrina neoliberal, preparados para usar o poder do Estado para acabar com o trabalho organizado." (HARVEY, 2011, p. 21), ou seja, o Estado se mostra um agente importante na manutenção do poder do capital.

Como exemplo do poder do Estado para minar a organização dos trabalhadores contra as investidas do capital, Harvey exemplifica a declaração do conselheiro-chefe de Thatcher:

> Alan Budd, conselheiro-chefe econômico de Thatcher, mais tarde admitiu que 'as políticas dos anos 1980 de ataque à inflação com o arrocho da economia e gastos públicos foram um disfarce para esmagar os trabalhadores', e assim criar um 'exército industrial de reserva', que minaria o poder do trabalho e permitiria aos capitalistas obter lucros fáceis para sempre. (HARVEY, 2011, p. 21)

Um indicador importante que aponta Harvey sobre a crise de 2008, mas que tem raízes mais profundas é o fato de que "Nos Estados Unidos, por exemplo, a renda familiar desde a década de 1970 tem em geral estagnado em meio a uma imensa acumulação de riqueza por interesses da classe capitalista." (HARVEY, 2011, p. 18).

Outra questão importante são as relações entre trabalho e tecnologia, trabalho esse que demonstra uma resistência perante à necessidade do capital dessa inserção:

> Outra forma foi buscar tecnologias que economizassem trabalho, como a robotização na indústria automobilística, o que criou desemprego. Um pouco disso aconteceu, mas houve muita resistência por parte do trabalho, que insistia em acordos de produtividade. A consolidação do poder de monopólio das empresas também enfraqueceu a implementação de novas tecnologias, porque custos laborais mais elevados eram transferidos para o consumidor por meio de preços mais altos (resultando em inflação estável). (HARVEY, 2011, p. 20)

Essa forma do capital aproveitar de novos meios para aumentar a acumulação, resulta no que foi chamado de globalização, esse “ ‘Globalizar-se’ foi facilitado por uma reorganização radical dos sistemas de transporte, que reduziu os custos de circulação. A conteinerização - uma inovação fundamental – permitiu que peças feitas no Brasil pudessem ser utilizadas para montar carros em Detroit.” (HARVEY, 2011, p. 22).

O capital passa então a ter uma nova forma de extrair mais-valor, explorando mercados mundiais e, em especial os países periféricos, como mostra o disposto a seguir:

> O capital também teve a opção de ir para onde o trabalho excedente estava. As mulheres rurais do Sul global foram incorporadas à força de trabalho em todos os lugares, de Barbados a Bangladesh, de Ciudad Juárez a Dongguan. O resultado foi uma crescente feminização do proletariado, a destruição dos sistemas camponeses ‘tradicionais’ de produção autossuficiente e a feminização da pobreza no mundo. (HARVEY, 2011, p. 21)

Essa forma de globalizar a produção é parte de uma maneira de fazer circular o capital:

> Acima de tudo, uma nova arquitetura financeira global foi criada para facilitar a circulação do fluxo internacional de capital-dinheiro líquido para onde fosse usado de modo mais rentável. A desrregulamentação das finanças, que começou no fim dos anos 1970, acelerou-se depois de 1986 e tornou-se irrefreável na década de 1990. (HARVEY, 2011, p. 22)

Fazendo circular o fluxo internacional, o capital passa a ter novas opções para exploração de trabalho, a perda para o trabalho é determinante aqui:

> A disponibilidade do trabalho não é mais um problema para o capital, e não tem sido pelos últimos 25 anos. Mas o trabalho desempoderado significa baixos salários, e os trabalhadores pobres não constituem um mercado vibrante. A persistente repressão salarial, portanto, coloca o problema da falta de demanda para a expansão da produção das corporações capitalistas. Um obstáculo para a acumulação de capital – a capital do trabalho - é superado em detrimento da criação de outro – a falta de mercado. (HARVEY, 2011, p. 22)

A falta de mercado se mostra algo muito importante e determinante para a permanência do capital e também motivo de mudanças geográficas, o que faz com que o capital recorra a outros fatores para manter o poder, o que o caso do endividamento para manter o consumo:

> Todo esse endividamento era obviamente arriscado, mas isso era pra ser controlado por maravilhosas inovações financeiras de securitização que, supostamente, partilhariam o risco, criando a ilusão de que este tinha desaparecido. O capital financeiro fictício assumiu o controle e ninguém queria pará-lo porque todo mundo que importava parecia estar fazendo muito dinheiro. (HARVEY, 2011, p. 24)

Uma forma importante que o capital encontrou para manter o consumo foi então exportar e encontrar novos mercados, no entanto Harvey reitera que “[...] havia outra maneira

de resolver o problema da demanda: a exportação do capital e o cultivo de novos mercados ao redor do mundo.” (HARVEY, 2011, p. 24). Isso gerou então uma onda de empréstimos para países, como uma saída de capital:

> Os bancos de investimentos de Nova York, então lotados de excedentes de petrodólares dos Estados do Golfo e desesperados por novas oportunidades de investimento num momento em que o potencial de rentabilidade de investimento dentro dos Estados Unidos estava exausto, fizeram empréstimos maciços para países em desenvolvimento como México, Brasil, Chile e até mesmo Polônia. Isso aconteceu porque, como Walter Wriston, chefe do Citibank, colocou, países não podem desaparecer - você sempre sabe onde encontrá-los em caso de dificuldades. (HARVEY, 2011, p. 24)

Essa necessidade de dar vazão ao capital, logo gerou obstáculos: As dificuldades logo surgiram com a crise da dívida dos países em desenvolvimento da década de 1980. “Mais de quarenta países, principalmente na América Latina e África, tiveram dificuldade em pagar suas dívidas quando as taxas de juros de repente subiram após 1979.” (HARVEY, 2011, p. 24).

Explicando a dívida no capitalismo, Harvey aponta um problema real de um capitalismo em parte fictício:

> A relação entre representação e realidade no capitalismo sempre foi problemática. Dívida refere-se ao futuro de bens e serviços. Isso sempre envolve um palpite, que é definido pela taxa de juros, descontando no futuro. O crescimento da dívida desde os anos 1970 se refere a um problema fundamental subjacente, que eu chamo de ‘problema da absorção do excedente de capital.’. Os capitalistas estão sempre produzindo excedentes na forma de lucro. Eles são forçados pela concorrência a recapitalizar e investir uma parte desse excedente em expansão. Isso exige que novas saídas lucrativas sejam encontradas. (HARVEY, 2011, p. 30)

Outra consideração importante sobre o capital é quando é um não saudável os níveis de lucro, isso diz respeito à sua expansão:

> O consenso atual entre os economistas e na imprensa financeira é que uma economia ‘saudável’ do capitalismo, em que a maioria dos capitalistas obtém um lucro razoável, expande-se em 3% ao ano. Quando se cresce menos do que isso, a economia é considerada lenta. Quando se obtém abaixo de 1% a linguagem de recessão e a crise estouram (muitos capitalistas não têm lucro). (HARVEY, 2011, p. 30)

A crise passa a ser nada menos do que produto do não crescimento esperado do capital, de acordo com Harvey. Essas sucessivas progressões de crescimento de capital não surgem sem o auxílio do Estado, que enxerga no bojo das privatizações saídas para o acúmulo crescente para evitar a fuga da acumulação:

> Numa tentativa desesperada de encontrar mais locais para colocar o excedente de capital, uma vasta onda de privatização varreu o mundo, tendo sido realizada sob a alegação dogmática de que empresas estatais são ineficientes e

> relaxadas por definição, e a única maneira de melhorar seu desempenho é passá-las ao setor privado. (HARVEY, 2011, p. 32)

Harvey exemplifica a seguir esse problema das privatizações:

> Indústrias administradas pelo Estado, assim seguiu o mantra, tiveram de ser abertas ao capital privado, que não tinham para onde ir, e serviços de utilidade pública como água, eletricidade, telecomunicações e transporte – para não falar de habitação, educação e saúde - tiveram de ser abertas para as bênçãos da iniciativa privada e a economia de mercado. (HARVEY, 2011, p. 32)

É importante ressaltar aqui que quem sofreu mais com a crise foram os países periféricos e com capacidade de produção dependente dos EUA:

> Os países que dependiam fortemente dos EUA como principal mercado de exportação, em particular aqueles do Leste e Sudeste Asiático, acabaram sendo puxados para baixo, assim como os mercados acionários, enquanto produtores de matérias-primas e bens, que estavam em alta no início de 2008 e consideravam-se imunes à crise, de repente se viram em sérias dificuldades quando os preços das matérias-primas e bens despencaram no segundo semestre de 2008. (HARVEY, 2011, p. 39)

Os problemas seguiram nos países dependentes, mais especificamente da população, como é possível ver a seguir: “Desnutrição e mortes por fome aumentaram em muitos desses países mais pobres, desmentindo a ideia de que populações marginalizadas não são de alguma forma afetadas por crises financeiras no mundo capitalista avançado.” (HARVEY, 2011, p. 39)

De acordo com Iuri Tonelo, “[...] as ‘soluções’ neoliberais estão na base das razões que fizeram a crise de 2008 ter sido tão potente e, no sentido histórico, a mais importante desde a década de 1930.” (TONELO, 2021, p. 61) e dessa forma pode-se perceber a importância dessas crises para a reconfiguração do capital. A seguir veremos como elas implicam no processo de trabalho e as consequências que trazem.

3.2 CONSEQUÊNCIAS DA CRISE DE 2008

Esses problemas gerados pela crise têm consequências para o processo produtivo e para os trabalhadores. A fome e a pobreza, gerada pela falta de renda das famílias, é resultado da existência de um exército industrial de reserva:

> O que Marx chama de ‘exército industrial de reserva’ é, portanto, uma condição necessária para a reprodução e a expansão do capital. Esse exército de reserva deve ser acessível, socializado e disciplinado, além de ter qualidades necessárias (isto é, ser flexível, dócil, manipulável e qualificado

> quando preciso). Se essas condições não forem satisfeitas, então o capital enfrenta um sério obstáculo à acumulação contínua. (HARVEY, 2011, p. 55)

Como exemplo de exército industrial de reserva, Harvey exemplifica:

> A acumulação primitiva não terminou com a ascensão do capitalismo industrial na Grã-Bretanha no final do século XVIII. Nos últimos trinta anos, por exemplo, cerca de 2 bilhões de trabalhadores assalariados foram adicionados à força de trabalho disponível, em função da abertura da China e do colapso do comunismo na Europa central e oriental. (HARVEY, 2011, p. 55)

O Estado tem sua responsabilidade nisso, enquanto provém meios de manter esse exército industrial de reserva:

> O Estado se envolve, *inter alia*, quando se trata de imigração e leis trabalhistas (salário mínimo, jornada de trabalho e regulação das condições de trabalho), fornecimento de infraestruturas sociais (como educação, formação e saúde) que afetam a qualidade da oferta do trabalho e políticas destinadas a manter o exército de reserva (a provisão de bem-estar social). (HARVEY, 2011, p. 56)

Com o intuito de ajustar o trabalho a forma de acumulação, o capital se utiliza de tecnologias:

> As tecnologias de economia de trabalho e as inovações organizacionais podem mandar as pessoas para fora do trabalho e de volta à reserva industrial. O resultado é um exército 'flutuante' de trabalhadores demitidos cuja existência coloca uma pressão descendente sobre os salários. O capital manipula simultaneamente a oferta e a demanda de trabalho. (HARVEY, 2011, p. 56)

É dessa forma que os capitalistas buscam "Uma vez que a escassez de trabalho é sempre localizada, a mobilidade geográfica do capital ou do trabalho (ou ambos) se torna fundamental na regulação da dinâmica dos mercados de trabalho locais." (HARVEY, 2011, p. 57) bem como "No decorrer do tempo, os capitalistas têm procurado controlar o trabalho, colocando trabalhadores individuais em concorrência uns com os outros para os postos de trabalho em oferta." (HARVEY 2011, p. 57).

Em relação à crise mais recente, Harvey vai relatar que "A crise de 2008 a 2009 não pode ser entendida em termos de esmagamento dos lucros. A repressão salarial por causa da oferta de trabalho superabundante e a consequente falta de demanda de consumo efetivo são problemas muito mais graves." (HARVEY, 2011, p. 61). Ele também levanta a questão do capital com o trabalho: "A relação capital-trabalho sempre tem um papel central na dinâmica do capitalismo e pode estar na origem das crises. Mas hoje em dia o principal problema reside no fato de o capital ser muito poderoso e o trabalho muito fraco, não o contrário." (HARVEY, 2011, p. 61).

Outro ponto importante que levanta Harvey é a necessidade do capital da existência das crises:

> O que eles também mostraram foi que as crises são, de fato, não apenas inevitáveis, mas também necessárias, pois são a única maneira em que o equilíbrio pode ser restaurado e as contradições internas da acumulação do capital, pelo menos temporariamente, resolvidas. As crises são, por assim dizer, os racionalizadores irracionais de um capitalismo sempre instável. (HARVEY, 2011, p. 65)

Enquanto o capital continua engendrando novas crises para a manutenção dos lucros,"A taxa composta de crescimento que está no cerne do modo de produção capitalista não pode ser alcançada sem antes estabelecer as condições físicas de infraestrutura necessárias." (HARVEY, 2011, p. 76), ou seja, além de criar novas crises, o capital precisa de uma estrutura para se recuperar.

É a partir dessas estruturas que o capital consegue acumular mais capital, como vemos a seguir:

> A acumulação de capital adicional é, aliás, baseada na construção de novas infraestruturas. A sobrevivência do capitalismo, em suma, depende do investimento na organização e financiamento de infraestruturas adequadas para manter a taxa de crescimento composto. O capital tem de criar um cenário adequado para suas próprias necessidades – uma segunda natureza construída à sua própria imagem – em um dado momento, só para revolucionar a paisagem em um momento posterior, a fim de acomodar uma maior acumulação numa taxa composta. (HARVEY, 2011, p. 76)

Ainda sobre a tecnologia no mundo capitalista, Harvey destaca a relação com as ondas de inovação:

> Tais ondas de inovação podem tornar-se destrutivas e ruinosas até para o próprio capital, em parte porque as tecnologias e formas de organização de ontem têm de ser descartadas antes de terem sido amortizadas (como o computador com o qual estou trabalhando) e porque as reestruturações perpétuas nos processos de trabalho são prejudiciais à continuidade do fluxo e desestabilizam as relações sociais. (HARVEY, 2011, p. 81)

Nesse sentido, essas "Crises de desproporcionalidade em espiral também podem fugir do desenvolvimento desigual das capacidades tecnológicas nos diferentes setores, produzindo, por exemplo, os desequilíbrios na produção de bens de sobrevivência versus meios de produção." (HARVEY, 2011, p. 82). O capital se utiliza então de mecanismos novos para manter o controle do processo de trabalho:

> [...] em uma tentativa desesperada de exercer e manter o controle do processo de trabalho, o capitalista tem de mobilizar qualquer relação social de diferença, qualquer distinção dentro da divisão social do trabalho, qualquer preferência ou hábito cultural especial, tanto para impedir a uniformização inevitável da localização do mercado de trabalho que pode ser consolidada em

> um movimento de solidariedade social quanto para sustentar uma força de trabalho fragmentada e dividida. (HARVEY, 2011, p. 90)

É dessa maneira que podemos perceber que “Da mesma forma que o neoliberalismo surgiu como uma resposta à crise dos anos 1970, o caminho a ser escolhido hoje definirá o caráter da próxima evolução do capitalismo.” (HARVEY, 2011, p. 16), isso nos mostra que devemos analisar e observar os dados atuais, para compreender os próximos caminhos do capitalismo e suas influências no processo de trabalho.

3.3. - CONTEXTO DA CRISE ATUAL NO BRASIL

Em virtude do que foi visto sobre a crise de 2008 e suas consequências para o processo produtivo, bem como para o trabalho dos indivíduos, é importante evidenciar o Brasil. Dessa forma, entender os dados e relacioná-la com o pensamento dos mais importantes autores que procuram entender essas formas no país. É interessante ressaltar aqui que o período dos dados coletados pelos institutos que aqui serão analisados é principalmente entre 2020 e 2021.

Começar pela crise sanitária é uma forma interessante de se analisar o período atual que estamos vivendo. Previtali e Fagiani (2020) ressaltam a importância do que chamam de "elemento adicional” expressa pela pandemia de covid-19, que destaca a vulnerabilidade e a precarização dos trabalhadores (PREVITALI; FAGIANI, 2020, p. 33). Endossando o que foi dito pelos autores, a DIEESE realizou, em um de seus boletins de conjuntura, um especial sobre a crise da covid-19 no Brasil. De acordo com o boletim, é possível notar mudanças importantes desde o início de 2020 até 2021, quando foi elaborado o documento.

Dados levantados pelo CadÚnico e analisados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) revelam que havia cerca de 13,5 milhões de pessoas em extrema pobreza em 2020 e que a contabilização de março de 2021 adicionou mais 784 mil pessoas a esse dado, um aumento de 5,8%. Em contrapartida, segundo a revista Forbes, 22 brasileiros entraram ou voltaram para a lista de bilionários. Em lista recente, de agosto de 2021, esse número cresceu ainda mais, são 40 novos bilionários no ranking de 2021, desvelando abismo social entre extrema pobreza e bilionários, que cresceu durante a pandemia da covid-19. Faz-se necessário citar Harvey aqui, uma ponderação importante que fez sobre os super-ricos e o resto da população, válido não somente para as políticas anteriores, mas atuais também: “De modo nu e cru, a política era: privatizar os lucros e socializar os riscos; salvar os bancos e colocar os sacrifícios nas pessoas (no México, por

exemplo, o padrão de vida da população diminuiu cerca de um quarto em quatro anos após o socorro econômico de 1982).” (HARVEY, 2011, p. 16)

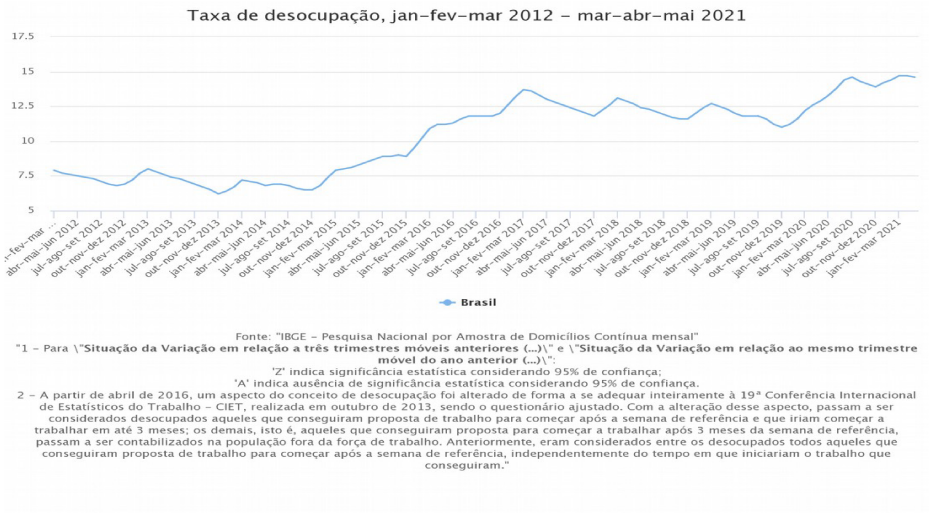
O DIEESE também realizou um relatório de desempenho dos bancos no Brasil. Entre 2019 e 2020, os ativos dos cinco maiores bancos do país aumentaram, sendo eles Itaú Unibanco (aumento de 21,5%), Bradesco (17,1%), Banco do Brasil (16,5%), Santander (16,9%) e Caixa (3,4%). Em um comparativo, os bancos tiveram queda de crescimento de lucro de 25,2%.

3.4. NÚMEROS E CONDIÇÕES DO TRABALHO NO BRASIL

A seguir apresentamos na Figura 1 a série histórica sobre a taxa de desocupação, que apresenta os dados dos trimestres de 2012, ou seja, janeiro, fevereiro e março de 2012, até o trimestre março-abril-maio de 2021. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação é baseada no número de pessoas em força de trabalho que estão desempregadas. A força de trabalho que considera o IBGE são pessoas que têm a partir de 14 anos, que estão trabalhando ou procurando trabalho.

Analisando a série histórica, é possível observar que houve um crescimento de 2012 a 2021 na taxa de desocupação, ela atingiu um nível histórico de 14,7% no trimestre de fevereiro-março-abril. Levando em consideração o boletim de conjuntura n. 29 da DIEESE, além do evidente aumento da desocupação, há a particularidade de que o número de ocupados com ensino superior aumentou em 4,8%, enquanto diminuiu a ocupação daqueles que possuem menor escolaridade, em 10,4%.

Figura 1 – Série histórica de desocupação no Brasil de 2012 a 2021



Fonte: IBGE, 2021.

Dadas as condições atuais para a análise da elevação na taxa de desocupação, é fundamental compreender que, de acordo com Previtali e Fagiani (2020), o modelo neoliberal ao qual estamos condicionados, faz com que as condições de trabalho, dos que estão ocupados, sejam de forma precarizada, quando tem gerado emprego, é nesses moldes que se refere.(PREVITALI; FAGIANI, 2020). Cabe então discorrer aqui o último ICT-DIEESE, que busca analisar as condições de trabalho no Brasil, datado de 2020.

O ICT-DIEESE é a junção de três indicadores: inserção ocupacional, desocupação e rendimento, esse número varia de 0 a 1. De acordo com a mostra dos 2º e 3º trimestres de 2020, o ICT-DIEESE demonstrou que o índice diminuiu de 0,48, no segundo trimestre de 2020, para 0,36 no terceiro trimestre do mesmo ano, o que significa uma degradação das condições de trabalho no país.

Antunes vai fazer como esses índices, falando sobre a gênese dessa questão desta fase do capitalismo, o neoliberalismo:

> [...] com o neoliberalismo, a financeirização e a privatização – essa trípode profundamente poderosa e destrutiva –, ampliou-se num mosaico de trabalhos terceirizados, com maior participação nas cadeias produtivas do valor, que direta ou indiretamente incidem no processo de valorização do capital e de geração do mais-valor, quer pela agilização do tempo de circulação do capital, quer pela conversão da informação em mercadoria cada vez mais produtiva. (ANTUNES, 2020, 180-181)

As condições de trabalho são elementos essenciais para analisar a população, principalmente quando se vê que uma parcela dessas pessoas que estão ocupadas tem situações das mais precarizadas do trabalho:

> Hoje estamos diante de um novo vilipêndio em relação aos direitos do trabalho no país, cujo significado tem requintes comparáveis aos da escravidão. Descontentes com os parcos direitos conquistados pela classe trabalhadora, os capitais exigem a terceirização total do trabalho, conforme consta de modo cabal no PL 4.330 (depois modificado para PLC 30/2015). (ANTUNES, 2020, p. 174)

O fator da informalidade é algo que assola vários países, a informalidade representa na Europa e na Ásia a soma de 20,9% dos trabalhadores e nas Américas 36,1% (FAGIANI; PREVITALI, 2020). É relevante trazer esses números de outros países sobre a informalidade para entendermos que esse não é um problema exclusivo de países periféricos, mas sim de uma fase que se intensificou depois da crise de 2008, como mostra Antunes:

> Em meio ao furacão da mais recente crise mundial, a partir de 2008, esse quadro se intensificou ainda mais, aprofundando a derrelição do trabalho contratado e regulamentado, taylorista e fordista, cujos mecanismos de regulação e contratação social vêm sendo corroídos em profundidade, em amplitude global, pela desregulamentação que de fato ocorre com a expansão da terceirização, da informalidade e da precarização (fenômenos distintos,

> mas interligados e aparentados), da qual o principal objetivo é o de incrementar os mecanismos e formas de extração do sobretrabalho, de sujeição e divisão dos trabalhadores e das trabalhadoras a essa pragmática perversa que se expande tanto na indústria quanto na agricultura e nos serviços, todos eles praticantes da lógica financeirizada que os conduz. (ANTUNES, 2020, p. 176)

Nesse sentido, a informalidade começa a tomar cada vez mais espaço no universo do trabalho:

> É nesse cenário, nesse mundo produtivo, que a informalidade deixa de ser a exceção para tendencialmente se tornar a regra. O aumento da precarização se transforma no principal resultado desse capitalismo dito flexível, da lean production, da empresa liofilizada, em especial nos espaços em que não se encontram formas vigorosas de contraposição (social, sindical, política, jurídica, valorativa) a esse movimento tendencial destrutivo em relação à classe-que-vive-do-trabalho. Na contrapartida, ampliar todos os modos e formas de confrontação a esse grave ataque ao mundo do trabalho se torna imperativo vital. (ANTUNES, 2020, p. 176)

Complementando esse cenário de informalidade descrito por Antunes, a pandemia da covid-19 veio mostrar ainda mais a insegurança da classe trabalhadora informal que apresenta poucos direitos constitucionais assegurados:

> No Brasil, segundo Sayuri (2020), cerca de 72% da classe trabalhadora teme perder renda por causa dos impactos econômicos da pandemia, num contexto de 11,9 milhões de desempregados e 38,4 milhões de trabalhadores/as informais. A autora observa ainda que as mulheres são a maioria nos trabalhos informais, como manicures, cuidadoras, vendedoras de produtos na rua, trabalhadoras domésticas sem direitos trabalhistas e diaristas. (SAYURI *apud* PREVITALI; FAGIANI, 2020, p. 33)

A informalidade como parte significativa do trabalho no Brasil tem pilares burocráticos, que se apoiam em decisões da esfera estatal para validar a perda de direitos, como é mostrado a seguir: “O novo mundo do trabalho é precário porque instável e desprovido de direitos na esfera do Estado de Bem-Estar em suas versões mais ou menos abrangentes, considerando-se as correlações de forças entre capital e trabalho de cada país e no âmbito da divisão internacional do trabalho.” (PREVITALI; FAGIANI, 2020, p. 34)

O Estado sempre teve a possibilidade de se ajustar aos interesses do capital, isso aconteceu na reforma trabalhista de 2016, ocorrida no governo Temer:

> Entretanto, a partir do governo de Michel Temer (2016-2018), o qual chegou ao poder com características golpistas, tem-se a retomada, bastante expressiva, das políticas neoliberais com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional n. 555 em 2016, a qual limita e mesmo reduz os investimentos públicos, impactando negativamente nas áreas estratégicas da saúde, educação, ciência e tecnologia por um período de vinte anos. Tem-se ainda em 2016 a aprovação da Lei Nº 13.467/2017 da Reforma Trabalhista que regulamenta o trabalho precário não apenas nas atividades meio, mas também nas atividades fim, impactando desfavoravelmente na classe trabalhadora. E,

> em 2019, já no governo de direita de Jair Bolsonaro, é aprovada a Reforma da Previdência, alterando duramente as regras de aposentadoria e seguridade social da classe trabalhadora, tornando-a ainda mais exposta e vulnerável aos ditames do capital." (PREVITALI; FAGIANI, 2020, p. 40)

Essa reforma cumpre um papel essencial para o início do aprofundamento da precarização do trabalho no Brasil, contribuindo para o desemprego, informalidade e terceirização:

> A Reforma Trabalhista cumpre o papel salutar para o capital de aprofundar e expandir o trabalho precário, contribuindo para o desemprego e para a queda nos rendimentos da classe trabalhadora. Um de seus itens mais degradantes e que contribui para camuflar as taxas de emprego/desemprego formal, está na regulamentação do trabalho intermitente, aquele em que a empresa registra em carteira o/a trabalhador/a, mas sem estabelecer salário ou jornada fixa. O trabalhador/a ganha por hora trabalhada, portanto sem garantias de jornada ou remuneração mínima por mês, ficando vulnerável e disponível o tempo todo para o trabalho, podendo ser convocado por alguns dias ou mesmo horas, a depender da demanda. Ou seja, é a institucionalização do "bico". (PREVITALI; FAGIANI, 2020, p. 40-41)

Em 2021, no governo de Jair Bolsonaro, foi aprovada a MP 1045, da qual a DIEESE fez uma nota técnica. Essa medida provisória foi popularmente chamada de minirreforma trabalhista e recria o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (Pemer), mas retoma fundamentos da MP 905/2019 do Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, que valeu apenas até 2020. Essa minirreforma trabalhista, de acordo com uma notícia da do jornal Carta Capital, corta direitos trabalhistas, reduz a renda dos que já trabalham e criam "trabalhadores de segunda classe". Na nota técnica a DIEESE aponta que essa medida reduz direitos trabalhistas para jovens em primeiro emprego e trabalhadores acima de 55 anos. Chama atenção o Programa Nacional de Serviço de Prestação Voluntário, como uma forma de aumentar o emprego, englobando jovens de 18 a 29 anos e adultos acima de 50 anos, trabalho este com duração máxima de 18 meses, com valor máximo de remuneração sendo R$240,00 e jornada de até 48 horas mensais, com limite de 6 horas diárias. Nessa situação os trabalhadores têm direito apenas ao vale-transporte.

Partindo dessa precarização do trabalho no âmbito institucional, da qual Previtali Fagiani (2020) e Antunes (2020) tem acordo em suas leituras, é possível exemplificar esse processo em um tipo de trabalho que historicamente demorou a conseguir direitos básicos, muito pela Lei Complementar 150 de junho de 2015, que regulamenta o trabalho de empregadas domésticas. As empregadas domésticas também receberam um boletim da DIEESE (Figuras 2 e 3), que demonstra dados de 2019 e 2020. É relevante dizer que é mostrado no infográfico o aumento da informalidade, com a redução de 27% para 25% das

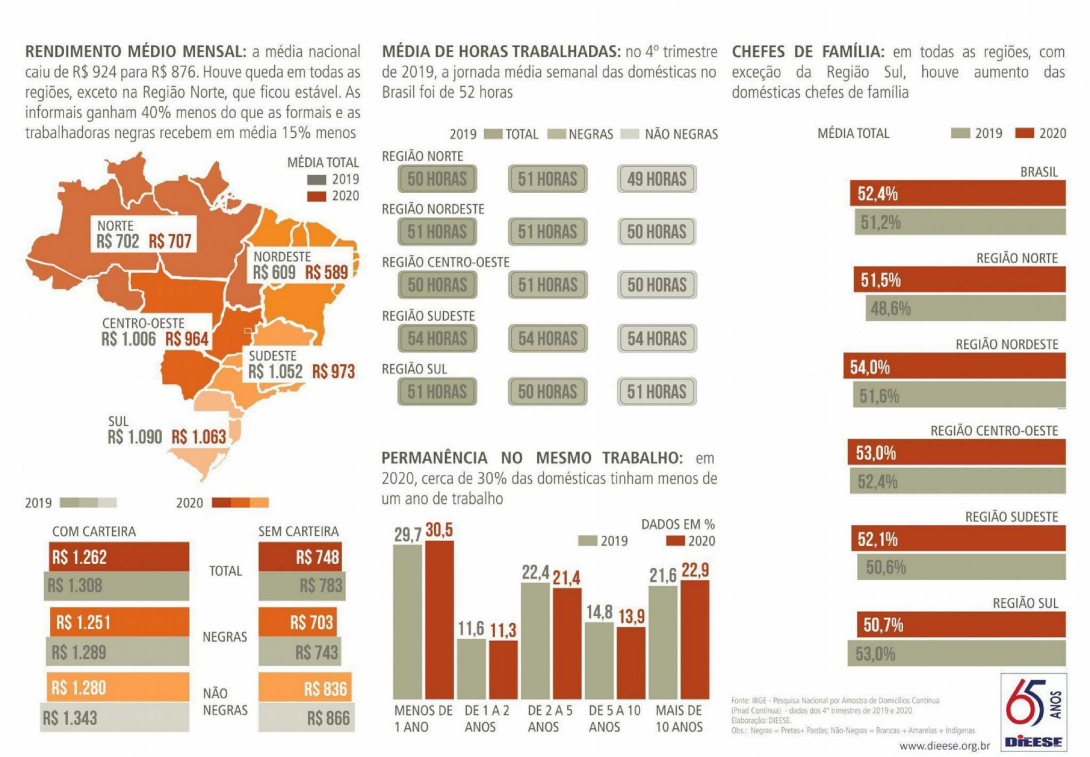
que possuíam carteira assinada, de 2019 para 2020, respectivamente. Houve também um aumento das trabalhadoras sem carteira assinada, passando de 73% em 2019 (cerca de 4,3 milhões) para 75% em 2020 (3,4 milhões).

Figura 2 – Trabalho das domésticas no Brasil: formalidade e informalidade



Fonte: DIEESE, 2020.
Elaboração: DIEESE

Figura 3 - Trabalho das domésticas no Brasil: comparativo por região



Fonte: DIEESE, 2020.
Elaboração: DIEESE

Além do problema da informalidade, o novo mundo neoliberal também fez com que houvesse a necessidade de lidar com as terceirizações. A partir do governo Temer houve uma flexibilidade da qual o capital se debruçava, já descrito anteriormente neste trabalho através de Harvey (2016). Previtali demonstra essas mudanças no Brasil:

> Analisando-se as admissões e as demissões, é possível inferir sobre a alta rotatividade do setor de serviços que inclui atividades, como locação e administração de imóveis, médicos, odontológicos e veterinários, transporte e comunicação, alojamentos, instituições de ensino e de créditos, cujos vínculos tendem à precarização dos contratos da classe trabalhadora em nome da flexibilidade para o capital. Chama atenção ainda o recrudescimento do setor público, o que pode ser atribuído às medidas a partir do governo Temer. (PREVITALI; FAGIANI, 2020, p. 41)

Essas mudanças geraram consequências para o mundo do trabalho, em uma onda de precarização:

> O novo modelo produtivo neoliberal e informacional traz consigo a nova classe trabalhadora precária. Se ele tem gerado emprego, verifica-se que estes estão sujeitos a um processo de crescente precarização. As reformas promovidas pelo Estado expressam, não sem contradições, a natureza estrutural deste sob a acumulação do capital, isto é, de gestão dos negócios da burguesia. Nesse sentido, sob determinação da base material, o Estado age na superestrutura político-jurídica, na (des)regulamentação do trabalho e regulamentação da precarização. Essas mudanças contribuem para a configuração de uma nova subjetividade da classe trabalhadora, especialmente em seus estratos mais jovens e qualificados, concernente à maior naturalização e aceitação das novas formas de controle. (PREVITALI; FAGIANI, 2020, p. 44)

Fazendo coro a essa fala, Antunes endossa dizendo que “As falsidades presentes no projeto que objetiva a terceirização total são conhecidas: ao invés de criar empregos, ela de fato desemprega, uma vez que os terceirizados trabalham mais, recebendo menos. Assim, a terceirização efetivamente reduz os empregos e subtrai salários.” (ANTUNES, 2020, p. 174). Essa crescente da terceirização passou a dominar as empresas:

> A terceirização se tornou, então, o novo elixir da vida empresarial. Atingindo praticamente todos os setores e ramos produtivos e de serviços, as empresas globais – respaldadas pelos governos – alegam ter de aumentar sua produtividade e competitividade, o que só pode ser feito por meio da corrosão das condições e dos direitos do trabalho. Como é cada vez mais difícil competir com os padrões chineses e indianos de superexploração do trabalho, até a Europa caminha celeremente para o desmonte do chamado Estado de bem-estar social. (ANTUNES, 2020, p. 177)

A terceirização passa então a dar suporte à existência da informalidade:

> A resultante dessa irrazão instrumental é límpida: a informalidade se expande em todas as partes do mundo e a terceirização constitui-se em um dos seus principais mecanismos. Os trabalhadores e trabalhadoras, suas principais

> vítimas, veem aumentar ainda mais os níveis de precarização. Como essa é uma processualidade, e não uma forma pautada pela fixidez, os níveis máximos de precariedade ainda estão longe dos patamares que a lógica destrutiva dos capitais busca implementar. (ANTUNES, 2020, p. 177-178)

Esse processo da terceirização não se manteve exclusivamente na indústria, mas passou a ocupar outros campos da produção:

> Não é sem motivo que, na feliz expressão de Graça Druck, estamos presenciando uma verdadeira epidemia que vem atingindo a indústria, a agricultura, a agroindústria, os serviços e, em particular, também o setor público. Em um cenário de crise estrutural do capital, os capitais exigem a terceirização não só para as chamadas atividades-meio, mas também para as atividades-fim. (ANTUNES, 2020, P. 178)

Atingindo níveis da atividade-fim, a terceirização aumenta a acumulação flexível do capital:

> A terceirização vem se conformando como um dos principais instrumentos, nos mais diversos ramos e setores produtivos, para incrementar a acumulação flexível que se desenvolve com a desconcentração produtiva das redes de subcontratação (empresas terceirizadas), do trabalho em equipe, da flexibilidade salarial, das "células de produção", dos 'times de trabalho", dos grupos "semiautônomos", além de exercitar, ao menos no plano discursivo, o "envolvimento participativo" dos trabalhadores e das trabalhadoras. (ANTUNES, 2020, p. 176-177)

Essa crescente terceirização dos serviços, gera efeitos nos direitos dos trabalhadores, mas Antunes dá aqui ênfase para as mulheres nesse processo:

> Nesse cipoal de empresas terceirizadas, os assalariados e as assalariadas constatam a corrosão crescente de seus parcos direitos, que são diuturnamente burlados. Nunca é demais recordar que, como o trabalho tem sexo, são ainda mais intensas as formas e os modos de exploração do trabalho feminino. Quando o olhar se volta para a divisão sociossexual do trabalho, evidencia-se a penalização ainda mais intensa imposta às mulheres terceirizadas. (ANTUNES, 2020, P. 178)

O elemento da terceirização é relevante para a crescente geração de mais-valor do capital. "[...] a expansão das terceirizações, bem como das empresas especializadas em fornecimento da força de trabalho terceirizada, tem se convertido em importante elemento propulsor e gerador de mais-valor." (ANTUNES, 2020, P. 180)

Nesse sentido, esse capítulo buscou demonstrar que a crise de 2008 teve consequências para o aprofundamento do neoliberalismo, fazendo germinar efeitos profundos na economia, mas principalmente nas formas de trabalho.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se então que o trabalho é elemento essencial para o ser humano, é o que o diferencia de todos os outros animais. Ao longo do tempo o trabalho foi se complexificando, inclusive durante o capitalismo, criando eras para esse sistema econômico, em que cada uma apresentou uma diferença e mudança para o processo produtivo.

Por mais que o capitalismo tentasse conter para protegê-los do risco, as crises fizeram e fazem parte do processo de produção de capital, existindo inclusive para que ele possa retomar a sua taxa de lucro e que ela seja sempre contínua. Essas crises geram mudanças no processo de produção. Na crise de 1929 no primeiro grande break down, o capitalismo viu-se em um abismo e investiu na mudança para o taylorismo-fordismo, pressionar para que houvesse rigidez no processo de trabalho, criando não apenas um novo modelo de produção como também um novo trabalhador do Estado de Bem-Estar Social.

Como se poderia esperar, uma nova crise se sucedeu, esta em meados de 1970, decorrendo principalmente do problema do petróleo, o que fez com que houvesse a necessidade de abolir a rigidez do modo de produção fordismo, dando lugar a uma acumulação flexível do capital. Essa flexibilidade significava condições precárias aos trabalhadores, estes que viram na crise de 2008 um dos piores momentos da economia. Essa última e grandiosa crise tem consequências estruturais até hoje, piorada por uma crise sanitária em 2021.

A estrutura da crise foi compreendida aqui como dificuldade de alta acumulação do capital, causada principalmente pela superprodução do capital, o que gera um desbalanceamento para o capital. A reestruturação produtiva, em quaisquer das que precisaram ser feitas para manter o lucro do capital, geraram consequências sérias para os trabalhadores e para aqueles também que não se viam dentro dos espaços que abrangiam esses novos processos produtivos.

Em todos os países viram-se efeitos drásticos, mas analisando os que perpassam pelos países periféricos, em especial pelo Brasil, vê-se um aprofundamento das desigualdades sociais, principalmente depois de 2008 e afunilando mais ainda em 2020, na crise sanitária causada pela covid-19. Os trabalhadores viram seus direitos serem esmagados, com a reforma trabalhista de 2016 e o aprofundamento da mesma em 2021. A taxa de desocupação atingiu níveis históricos em 2021 e já vinha em uma crescente desde 2016. Os empregos que cresceram foram os informais, aqui representados pelo infográfico das empregadas domésticas, mas elas não são singularidade no Brasil. Não apenas a informalidade cresceu,

apoiada em decisões governamentais de Michel Temer e Jair Bolsonaro, como também a precarização do trabalho movida pela terceirização dos mais diversos setores produtivos, mas em especial do setor de serviços. A classe trabalhadora passa a ter dificuldades sérias, com jornadas prolongadas e redução de salários causados pela pandemia.

Nesse sentido, tem-se a tarefa de analisar os dados e entender os rumos que o capitalismo e que a sociedade de modo geral tomará depois da crise da covid-19, isso mostrará quais rumos tomaremos pelos próximos períodos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. A sociedade da terceirização total. In:____. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 173-181.

ANTUNES, Ricardo. As respostas do capital à crise estrutural: a reestruturação produtiva e suas repercussões no processo de trabalho. In:____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 38-47.

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise estrutural do capital. In:____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 31-36.

BRASIL. Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015. **Lei Complementar Nº 150**. Brasília, 1 jun. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acesso em: 31 ago. 2021.

BRAVERMAN, Harry. A revolução técnico-científica e o trabalhador. In:_____. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011, p. 148-159.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e força de trabalho. In:_____. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011, p. 49-60.

CARVALHO, Marcelo. Crise e gestão do capitalismo: o Estado do Bem-Estar. In: L. Praun (Org.). Relações Mundializadas, Neoliberalismo e Sociedade Humana. São Bernardo do Campo: Ed. Universidade Metodista, 2008.

CASTRO, Mariangela. **Quem são os 40 novos bilionários brasileiros no ranking 2021**. 2021. Disponível em: https://forbes.com.br/forbes-money/2021/08/quem-sao-os-40-novos-bilionarios-brasileiros-no-ranking-2021/. Acesso em: 31 ago. 2021.

DAL ROSSO, Sadi et al. Crise socioeconômica e processo de trabalho: à busca de uma relação teórica. In: ROSSO, Sadi dal (org.). **Trabalho na capital**. Brasília: Ministério do

DIEESE. **Câmara aprova substitutivo à Medida Provisória nº 1.045 e aprofunda precarização**. São Paulo: DIEESE, 16 agosto, 2021. (Nota Técnica, 262). Disponível em: https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec262reformaTrabalhista.pdf Acesso em: 20 ago. 2021.

DIEESE. **Com atraso de quatro meses, governo relança o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda**. São Paulo: DIEESE, 30 abril, 2021. (Nota Técnica, 256). Disponível em: https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec256programaManEmprego.html#:~:text=DIEESE%20%2D%20nota%20t%C3%A9cnica%20%2D%20NT%20n%C2%BA,e%20da%20Renda%20%2D%20abril%2F2021&text=atingidos%20pelos%20impactos%20da%20epidemia%20de%20coronav%C3%ADrus%20sobre%20as%20atividades%20econ%C3%B4micas.&text=Congresso%20Nacional. Acesso em: 20 ago. 2021.

DIEESE. **Desempenho dos bancos em 2020**. São Paulo: DIEESE, 2021. Disponível em: https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2021/desempenhoDosBancos2021.html. Acesso em: jul. 2021.

DIEESE. **Terceirização e precarização das condições de trabalho**: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. São Paulo: DIEESE, 16 agosto, 2021. (Nota Técnica, 262). Disponível em: https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

HARVEY, David. A crise. *In*:_____. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.p.09- 40.

HARVEY, David. Do fordismo à acumulação flexível. In:____. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 26. Ed. São paulo: Loyola, 2016, p. 163-176.

HARVEY, David. Introdução. In:____. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 26. Ed. São paulo: Loyola, 2016, p. 117-119.

HARVEY, David. O capital vai ao trabalho. *In*:_____. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.p.55 - 90.

HARVEY, David. O fordismo. In:____. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 26. Ed. São paulo: Loyola, 2016, p. 135-162.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Taxa de desocupação*, Séries históricas. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em: 31 ago. 2021.

MARX, Karl. A mercadoria. In:____. **O capital**: crítica da economia política. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 113-158.

MARX, Karl. Cooperação. In:____. **O capital**: crítica da economia política. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 397-410.

MARX, Karl. Divisão do trabalho e manufatura. In:____. **O capital**: crítica da economia política. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 411-443.

MARX, Karl. Maquinaria e grande indústria. In:____. **O capital**: crítica da economia política. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 445-574.

Marx, Karl. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. O conceito de mais-valor relativo. In:____. **O capital**: crítica da economia política. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 387-396.

MARX, Karl. O processo de trabalho e o processo de valorização. In:____. **O capital**: crítica da economia política. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 255-275.

PREVITALI, Fabiane Santana. O controle do trabalho pelo discurso da qualificação do trabalhador no contexto da reestruturação produtiva do capital. Publicatio, Ponta Grossa, vol. 17, n. 2, p.141-155, dez. 2009. Disponível em: https://revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/1768/1313. Acesso em: 20 jul. 2021.

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílson César. Normalização do trabalho precário: a experiência europeia e brasileira. **Lutas sociais**, São Paulo, vol. 24, n. 44, p. 32-47, jan./jun., 2020. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/52216. Acesso em: 18 ago. 2021.

REPORTER BRASIL (ed.). **Medida provisória cria trabalhador de 'segunda classe', reduz hora extra e atrasa aposentadoria**. 2021. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/economia/medida-provisoria-cria-trabalhador-de-segunda-classe-reduz-hora-extra-e-atrasa-aposentadoria/. Acesso em: 31 ago. 2021.

TONELO, Iuri. Os fundamentos da crise. In:____. **No entanto, ela se move**: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo/Iskra, 2021, p. 61-95.
Trabalho e Emprego, 2011. p. 107-123.